Informe aos Investidores
Parte I

Dezembro / 2010

Índice

Página

Parte I
Análise do Resultado **02**

Eletrobras Holding **27**

Parte II
Empresas de Geração e Transmissão **37**

Itaipu 38

Furnas 43

Chesf 57

Eletronorte 70

Eletronuclear 87

Eletrosul 92

CGTEE 101

Empresas de Distribuição **107**

Amazonas Energia 108

Distribuição Acre 116

Distribuição Alagoas 121

Distribuição Piauí 126

Distribuição Rondônia 131

Distribuição Roraima 136

Empresa de Participação **141**

Eletropar 142

Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2011

NÍVEL 1 BOVESPA BRASIL ELET3 & ELET6

LATIBEX XELTO & XELTB

EBR & EBR.B LISTED NYSE

DFS – Departamento de Administração do Capital Social
DFSI – Divisão de Relações com Investidores invest@eletrobras.com.br
www.eletrobras.com

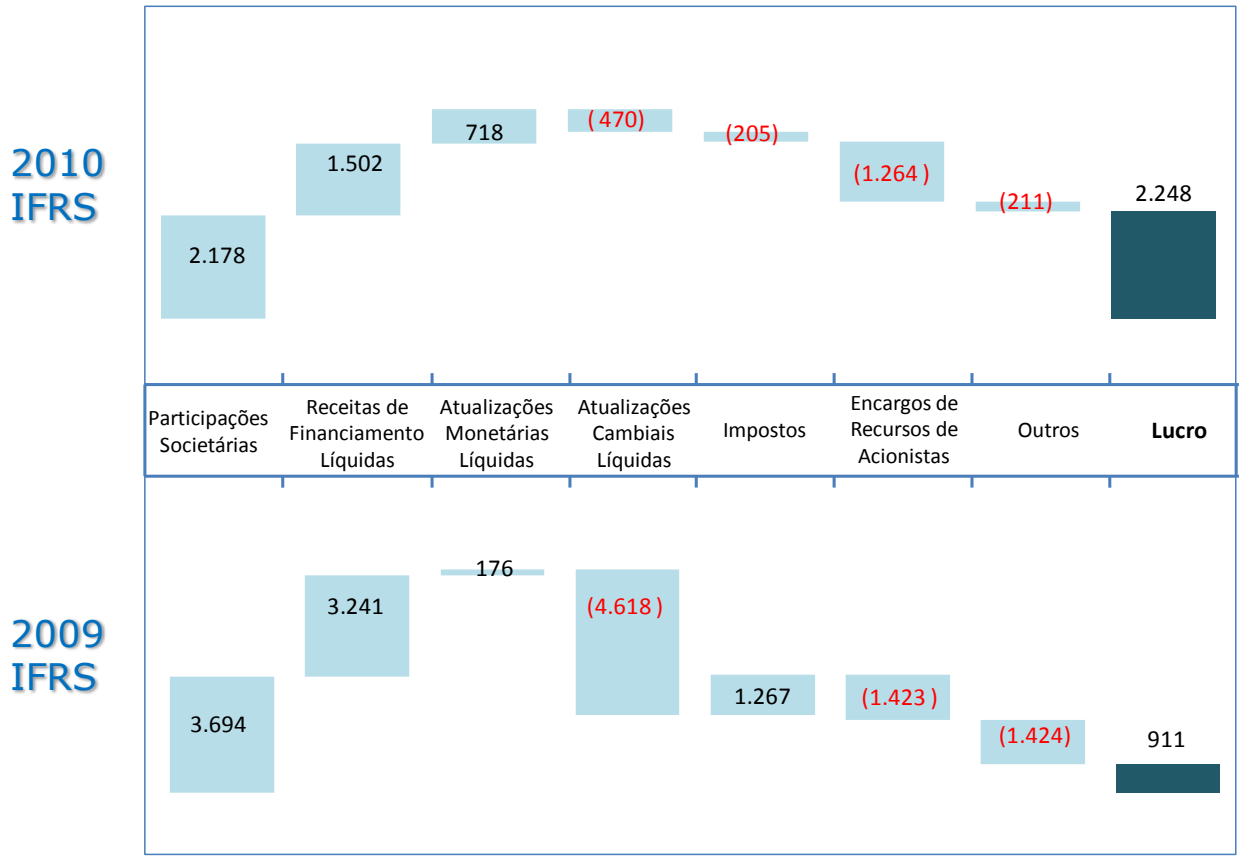
O DESEMPENHO DA ELETROBRAS NO EXERCÍCIO DE 2010

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Eletrobras são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"). Na elaboração das Demonstrações Contábeis individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43.

A Demonstração Contábil Completa, do exercício de 2010, está disponível para download no site da Eletrobras, no endereço: http://www.eletrobras.com/elb/main.asp?Team={BAF29C7A-3A77-41A4-942F-067241DB4936}

A Eletrobras apurou no ano de 2010 um lucro líquido de R$ 2.248 milhões, equivalente a R$ 1,99 por ação, 249% superior ao registrado no ano de 2009, quando foi apurado um Lucro líquido de R$ 911 milhões, equivalente a R$ 0,80 por ação.

Evolução – Lucro líquido Controladora – R$ milhões



1. Remuneração aos Acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do capital social relativo a essas espécies e classes de ações.

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado e o valor do dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembléia Geral Ordinária:

	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	2.247.913

(-)Ajustes Avaliação Patrimonial	(3.166.317)
=Base de cálculo	(918.404)
Dividendos mínimo	-
(+)Realização de reserva de Reavaliação	16.092
(+)Reversão de Reserva de Lucro	2.205.694
Dividendo mínimo estatutário – ações preferenciais	370.755
Remuneração Proposta aos acionistas	
Dividendo mínimo (JCP) Ações preferenciais	370.755
Dividendo adicional (JCP) – Ações Ordinárias	753.201
	1.123.956

Em 2010 a Eletrobras registrou como remuneração integral aos acionistas, juros sobre o capital próprio - JCP no valor de R$ 370.755 (R$ 741.509 em 2009), imputados aos dividendos daquele exercício, de acordo com as disposições estatutárias, cuja remuneração por ação foi a que segue:

Remuneração por ação – Expressa em R$		**31/12/2010**	**31/12/2009**
Ações ordinárias	3,6029% do capital (2009 -1,77%)	0,83	0,41
Ações preferenciais da classe A	9,4118 % do capital (2009 - 9,41%)	2,17	2,17
Ações preferenciais da classe B	7,0588% do capital (2009 -7,06%)	1,63	1,63

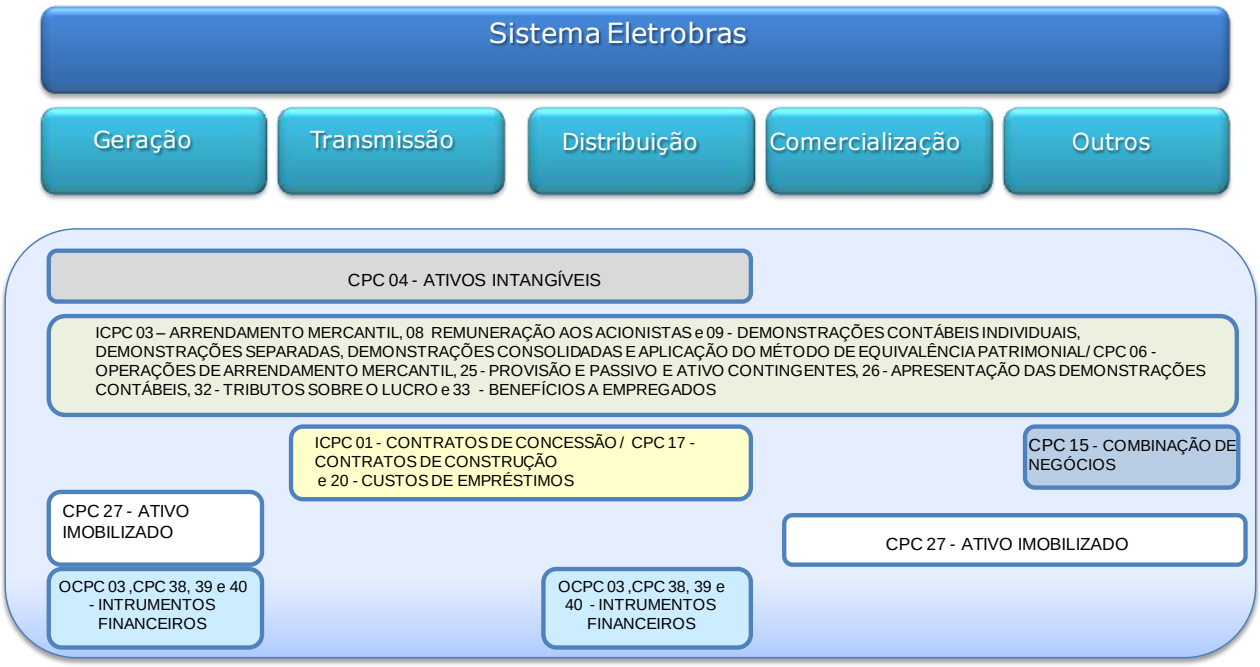
Remuneração aos acionistas declarado nos últimos anos:

R$ milhões	**2010**	**2009**	**2008**	**2007**	**2006**	**2005**
Valor Declarado	1.124	742	1.715	703	460	442
Ações Ordinárias	753	371	1.344	363	119	153
Ações Preferenciais	371	371	371	340	340	289
Valor por ação						
Ações Ordinárias	0,83	0,41	1,48	0,40	0,26	0,33
Ações Preferenciais de classe A	2,17	2,17	2,17	2,02	4,04	3,43
Ações Preferenciais de classe B	1,63	1,63	1,63	1,51	3,03	2,57

2. Ajustes IFRS

ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTABEIS

O quadro abaixo ilustra os pronunciamentos (CPCs) que se aplicam ao negócio da Companhia, conforme o segmento de atuação:



Legenda:
DF – Demonstração Financeira
CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis
OCPC – Orientação Técnica
ICPC – Interpretação Técnica

Impactos no Patrimônio Líquido (R$ mil)

Item	Valor	Principais Fatos
Outros resultados abrangentes	**134.314**	
Ganhos / perdas atuariais	-799.495	Liquidação de ganhos e perdas não realizadas em Fundação
Ajuste acumulado de conversão	-1.038	Variação Cambial –Investimento no exterior – Itaipu/CHC/Inambari
Ganhos / perdas com instrumentos financeiros	941.575	Marcação à mercado dos investimentos ao custo
Hedge de fluxo de caixa	-6.727	Resultado Operacionais de SPE's – Hedge de Alumínio
Ajuste de avaliação patrimonial	**-3.312.077**	
Derivativos embutidos	-17.893	Flutuação Alumínio – Prêmio tarifa Eletronorte
Imobilizado - CPC 27	-2.613.297	Baixa Custos Paralisação/Despesas Gerais da Usinas de Angra (R$1,6 bilhões) – Impairment Batalha/Simplício
Ajustes reflexos de coligadas	-680.886	CTEEP R$500milhões, Celpa, Cemat (R$140milhões)
Total ajuste CPCs	**-3.177.762**	

Principal Impacto no Resultado

ICPC 01 – Contratos de Concessão (R$ 800 milhões)
O reconhecimento dos ativos vinculados à concessão como um direito a receber do cliente (intangível) ou a ser reembolsado no final da concessão (ativo financeiro) foi efetuado com base no total de imobilizado da concessão, líquido de obrigações especiais.

Considerando que a Eletrobras atua nos três segmentos do setor elétrico, sua estrutura de ativos será alterada de maneira substancial, principalmente em decorrência da aplicação da ICPC 01 em suas controladas de transmissão e distribuição.

Os efeitos esperados nesses segmentos são os seguintes:

3.Desempenho Econômico-financeiro da Eletrobras

CONSOLIDADO	Ano – R$ milhões		
	2010	2009	Variação
Receitas Operacionais	27.419,2	24.711,9	11,0%
Despesas Operacionais	23.007,8	20.660,6	11,4%
Lucro antes do Resultado Financeiro	4.411,4	4.051,4	8,9%
Resultado Financeiro	-364,1	-3.638,1	90,0%
Lucro Líquido	2.247,9	911,5	146,6%

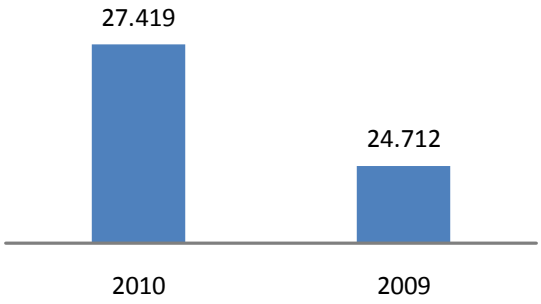
Lucro Líquido por Ação	R$ 2,25	R$ 1,10	146,6%
Margem Operacional (%)	16,1%	16,4%	-0,3 pp
Margem Líquida (%)	8,2%	3,7%	4,5 pp

Margem Operacional = Lucro antes do Resultado Financeiro / Receita Operacional
Margem Líquida = Lucro Líquido / Receita Operacional.
pp = pontos percentuais

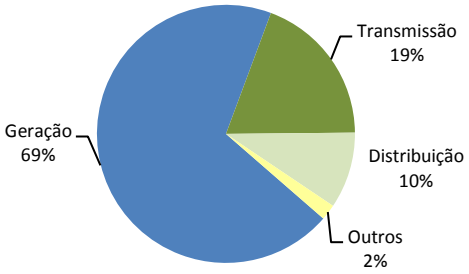
RECEITA

Em 2010, a receita operacional liquida consolidada apresentou crescimento de 11% sobre o mesmo período do ano anterior, totalizando R$ 27.419 milhões.

Receita Operacional Liquida (R$ milhões)



Composição da Receita operacional Liquida*



R$ mil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
a) GERAÇÃO				
Comercialização	1.821.770	1.560.429	2.331.877	1.946.152
Suprimento / Venda de Energia	-	-	15.795.678	14.511.724
Ativo Regulatório/Repasse Itaipu	215.989	(548.554)	215.989	(548.554)
OUTROS	2.882	2.974	2.882	2.974
B) TRANSMISSÃO	-	-	-	-
Receita de construção	-	-	2.322.937	1.389.752
Receita de operação e manutenção	-	-	2.225.952	1.981.838
Atualização de Taxas de retorno - Transmissão	-	-	1.766.731	1.704.929
c) DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-
Fornecimento	-	-	3.909.083	4.450.542
Receita de construção	-	-	810.475	361.709
Receita de operação e manutenção	-	-	433.048	30.118
Outras Receitas	-	-	1.200.655	1.206.390
TOTAL	2.040.641	1.014.849	31.015.307	27.037.574
DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL				
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	575.505	523.236
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	438.544	295.618
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	98.430	61.991
Programa de Incentivo Fontes Alternativas de EE - PROINFA	-	-	162.244	129.347
ICMS	-	-	1.040.163	1.047.663
PASEP e COFINS	133.204	43.159	1.711.238	1.531.542
Outras Deduções	-	-	239.781	307.271
	133.204	43.159	4.265.905	3.896.668
Resultado de Operações com Energia	1.907.437	971.690	26.749.402	23.140.906
Resultado de Participação Societária	2.177.646	3.694.296	669.755	1.571.031
Receita Operacional Líquida	4.085.083	4.665.986	27.419.157	24.711.937

Na geração:
Um aumento de 12% na receita em comparação ao mesmo período do ano anterior, basicamente devido ao aumento no volume de negócios nesta área.

Na transmissão:
Um aumento de 27% na receita em comparação ao mesmo período do ano anterior. Vale destacar que, em face da adoção do novo padrão contábil, a Companhia passou a reconhecer receita decorrente da construção da infraestrutura

utilizada na transmissão, cujos montantes em 2010 e 2009 foram de R$ 2.322,9 milhões e R$ 1.389,8 milhões, respectivamente.

Na distribuição:
Crescimento de 17 % na receita em comparação ao mesmo período do ano anterior, sobretudo em função do reajuste tarifário das empresas do Sistema Eletrobras que atuam no setor de distribuição.

Despesas Operacionais

As despesas Operacionais tiveram um aumento da ordem de 11%, com destaque para:

- **Custo com Energia elétrica -** A Energia elétrica comprada para revenda apresentou crescimento de 20%, em função dos reajustes dos contratos de compra de energia e o crescimento da compra de energia de empresas.
- **Uso da Rede Elétrica -** Os Encargos de uso da rede elétrica tiveram um aumento de 7% em relação ao mesmo período do ano passado devido ao aumento do uso da rede de outras empresas.
- **Pessoal, Material e Serviços -** As despesas de Pessoal, Material e Serviços aumentaram em 13%, principalmente por conta de reajuste da massa salarial e de contratos de prestação de serviços.

Receita (despesa) financeira

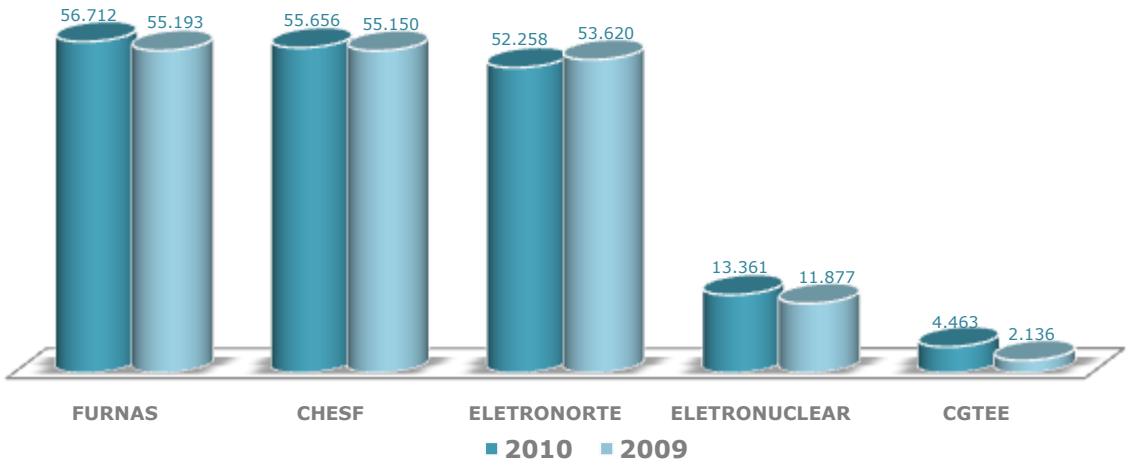
O resultado Financeiro da Eletrobras foi uma despesa de R$ 364 milhões, enquanto no mesmo período do ano de 2009 essa despesa alcançou o montante de R$ 3.638 milhões.

Os principais eventos que influenciaram esse resultado foram:

Nos 12 meses de 2010 a Eletrobras registrou perda cambial de R$ 432 milhões, contra uma perda de R$ 4.619 milhões no exercício de 2009, isto é uma variação de R$ 4.187 milhões ou 91%. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, no exercício de 2010 a Companhia verificou um ganho de R$ 616 milhões, enquanto que em 2009, o ganho de R$ 356 milhões. O impacto pela variação monetária passiva em relação aos arrendamentos mercantis foi da ordem de R$ 332 milhões, enquanto que em 2009 foi de R$ 213 milhões.

C- Volume de Energia Vendida

Volume de Energia Vendida por empresa no ano (em GWh)



4. Comercialização de energia elétrica da Controladora

4.1 Itaipu Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no exercício de 2010 o equivalente a 34.464 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US$ 22,60/kW e a tarifa de repasse (venda), US$ 24,63/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

a) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

b) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No exercício de 2010, a atividade foi superavitária em R$ 192,5 milhões sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica "Obrigação de Ressarcimento".

Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado, ainda, o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, com o objetivo de regulamentar a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2010, encontra-se incluído o montante equivalente a US$ 214,9 milhões, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças aos consumidores, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R$ 1.911,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, equivalentes a US$ 1.146,9 milhões (31 de dezembro de 2009 – R$ 1.803,3 milhões, equivalentes a US$ 1.035,7 milhões e 01 de janeiro de 2009 - R$ 4.312,8 milhões equivalentes a US$ 1.845,4 milhões), dos quais R$ 1.122,1 milhões, equivalente a US$ 673,5 milhões, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023 representado em obrigações de ressarcimento. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

Em 2010	US$ milhões	R$ milhões
Receita originária do Direito de Ressarcimento	215,9	431,0
Despesa originárias da Obrigações de Ressarcimento	155,5	253,0
Saldo: Receita de:	109,5	178,0

4.2 Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA geraram um resultado líquido negativo no exercício de 2010 de R$ 97,8 milhões (31 de dezembro de 2009 – positivo em R$ 377,1 milhões e 01 de janeiro de 2009 - R$ 35,6 milhões), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

5. Participações Societárias da Eletrobrás

O reconhecimento dos resultados obtidos pelas empresas investidas pela Eletrobras impactou de forma positiva o resultado da Companhia no ano de 2010 em R$ 2.177,6 milhões, decorrente da avaliação dos investimentos societários. No mesmo período do exercício anterior as Participações Societárias registraram um saldo positivo de R$ 3.694,3 milhões, conforme abaixo demonstrado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	1.550.254	2.093.539	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	38.735	47.838	38.735	47.839
	1.588.989	2.141.377	38.735	47.839

Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	467.647	1.421.851	467.647	1.378.663
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	16.038	13.593	16.038	13.592
Dividendos	101.847	103.868	101.847	103.868
Remuneração dos investimentos em parcerias	3.125	13.608	45.489	27.069
	121.010	131.069	163.373	144.529
	2.177.646	3.694.296	669.755	1.571.031

5.1. Análise das Empresas

Furnas

Impactos dos Novos Pronunciamentos Contábeis

O efeito líquido no resultado, decorrente dos novos pronunciamentos contábeis, totalizou R$ 1.069 milhões, e os principais impactos nas demonstrações contábeis da Companhia do exercício 2010, são os apresentados a seguir.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões tributárias, cíveis e trabalhistas, anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão no passivo, conforme disposto na Deliberação CVM nº 489/2005, a qual foi revogada pela adoção deste Pronunciamento, passaram a ser apresentados em conta do ativo da Companhia.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, cujas expectativas de realização são nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis, eram registrados no circulante, conforme previsto na Instrução CVM nº 371/2002. Em observância a este Pronunciamento esses impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no não circulante da Companhia.

CPC 27 - Ativo Imobilizado; ICPC 01 e OCPC 05 – Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida e Ativo Financeiro Indenizável

Em atendimento às orientações dos Pronunciamentos CPC, relativos ao assunto, a Companhia reprocessou o saldo do seu ativo imobilizado, considerando os elementos de custo previstos no CPC 27. Tal reprocessamento, que levou em consideração, ainda, a correção monetária dos anos de 1996 e 1997, gerou uma diferença imaterial em relação ao saldo contábil apresentado. Considerando os termos dos contratos de concessão, que prevêem a reversão do ativo residual líquido no final da concessão tomando por base o valor contábil histórico apresentado para efeito de indenização e a previsão de receita decorrente dos demais contratos de venda de energia, a Companhia entende que o valor contábil do seu ativo imobilizado, com as limitações admitidas pelo Órgão Regulador, representa adequadamente a sua posição patrimonial e atende aos requisitos do Pronunciamento CPC 27.

Reconhecimento dos ativos de transmissão vinculados à concessão, como um direito a receber pela Receita Anual Permitida – RAP ou a ser reembolsado no final da concessão, efetuado com base no total do imobilizado da transmissão, líquido das obrigações especiais, decorrente da aplicação do modelo financeiro previsto nas ICPC 01 e OCPC 05, no montante de R$ 7.356 milhões (R$ 2.210 milhões, receita anual permitida, e R$ 5.146 milhões, indenizável), com efeito negativo no resultado do exercício de 2010 no montante de R$ 28 milhões.

CPC 30 – Receita

A demonstração do resultado, de acordo com esse pronunciamento, passa a apresentar como receita somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades.

CPC 33 - Benefícios Pós-emprego

Em conformidade com estas práticas contábeis, a Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados da *IFRS 1* e mudar a política contábil de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, os quais eram reconhecidos pelo método do "corredor", passando a ser reconhecidos no período em que ocorrerem em *outros resultados abrangentes*, conforme orientações do CPC 33 e da *IAS 19*, com efeito no resultado do exercício no montante de R$ 76 milhões.

ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos

Esta interpretação estabelece que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, não aprovado em assembléia geral, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior esses dividendos complementares eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo da Companhia.

CPC Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

As Companhias devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com este pronunciamento, que, dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reconhecidos antes da aplicação dos novos CPC como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com este pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

No caso de FURNAS, não houve ajustes vinculados a ativos e passivos regulatórios.

Apuração de Impostos

A aplicação desses novos pronunciamentos gerou no resultado do exercício um efeito tributário negativo de R$ 1,5 milhões, decorrente do reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos para realização futura, em face da opção pela não aplicação tributária às novas regras objeto do Regime Tributário de Transição – RTT.

Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia dos exercícios de 2009 e 2010, ocasião em que foi iniciado o processo de consolidação de suas investidas.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida própria, em 2010 foi 7,9% superior à do exercício anterior, passando de R$ 5.974 milhões em 2009 para R$ 6.450 milhões em 2010, resultado do incremento de novas receitas geradas por seus empreendimentos e pelos reajustes contratuais ocorridos no exercício.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais próprios, em 2010, abaixo listados, não sofreram modificações em relação a 2009. Os custos ficaram abaixo do IPCA de 2010 (5,91%), índice que reajusta os contratos bilaterais de geração de energia.

	2010	2009	Variação
Energia Comprada para Revenda	2.585	2.330	10,9%
Encargos de Uso da Rede	435	437	-0,5%
Pessoa	844	848	-0,5%
Material	42	55	-23,6%
Serviço	580	505	14,9%
Compensação Financeira	182	164	11,0%
Depreciação (geração)	222	236	-5,9%
Provisão Contingências	126	161	-21,7%
Provisões PDD	69	124	-44,4%
Reversão de Provisões	-155	-90	72,2%
Outros	576	800	-28,0%
Total	5.506	5.570	-1,1%

Resultado Financeiro
O resultado financeiro no exercício apresentou uma despesa líquida própria de R$ 167 milhões, enquanto que em 2009 este mesmo resultado apresentou também uma despesa de R$ 80 milhões. O motivo do aumento das despesas financeiras próprias está intrinsecamente relacionado ao aumento de 27,4% nas captações de recursos.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido consolidado apurado por Furnas em 2010 foi de R$ 635 milhões, registrando um aumento de 77%, quando comparado aos R$ 358 milhões de 2009.

Chesf

Impactos dos Novos Pronunciamentos Contábeis

O efeito líquido no resultado, decorrente dos novos pronunciamentos contábeis, totalizou R$ 225,2 milhões, e os principais impactos nas demonstrações contábeis da Companhia do exercício 2010, são os apresentados a seguir.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões tributárias, cíveis e trabalhistas, anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão no passivo, conforme disposto na

Deliberação CVM nº 489/2005, a qual foi revogada pela adoção deste Pronunciamento, passaram a ser apresentados em conta do ativo da Companhia.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, cujas expectativas de realização são nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis, eram registrados no circulante, conforme previsto na Instrução CVM nº 371/2002. Em observância a este Pronunciamento esses impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no não circulante da Companhia.

CPC 27 - Ativo Imobilizado; ICPC 01 e OCPC 05 – Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida e Ativo Financeiro Indenizável

Em atendimento às orientações dos Pronunciamentos CPC relativos ao assunto, a Companhia reprocessou o saldo do seu ativo imobilizado, considerando os elementos de custo previstos no CPC 27. Tal reprocessamento, que levou em consideração ainda a correção monetária dos anos de 1996 e 1997, gerou uma diferença imaterial em relação ao saldo contábil apresentado. Considerando os termos dos contratos de concessão, que prevêem a reversão do ativo residual líquido no final da concessão, que toma por base o valor contábil histórico apresentado para efeito de indenização e a previsão de receita decorrente dos demais contratos de venda de energia, a Companhia entende que o valor contábil do seu ativo imobilizado, com as limitações admitidas pelo Órgão Regulador, representa adequadamente a sua posição patrimonial e atende aos requisitos do Pronunciamento CPC 27.

Reconhecimento dos ativos de transmissão vinculados à concessão, como um direito a receber pela Receita Anual Permitida – RAP ou a ser reembolsado no final da concessão, efetuado com base no total do imobilizado da transmissão, líquido das obrigações especiais, decorrente da aplicação do modelo financeiro previsto nas ICPC 01 e OCPC 05, no montante de R$ 5.676,1 milhões (R$ 1.705,7 milhões, receita anual permitida, e R$ 3.970,4 milhões, indenizável), com efeito positivo no resultado do exercício no montante de R$ 66,1 milhões.

CPC 30 – Receita

A demonstração do resultado, de acordo com esse pronunciamento, passa a apresentar como receita somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades.

CPC 33 - Benefícios Pós-emprego

Em conformidade com estas práticas contábeis, a Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados da *IFRS 1* e mudar a política contábil de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, os quais eram reconhecidos pelo método do "corredor", passando a ser reconhecidos no período em que ocorrerem em *outros resultados abrangentes*, conforme orientações do CPC 33 e da *IAS 19*, com efeito no resultado do exercício no montante de R$ 192,8 milhões.

ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos

Esta interpretação estabelece que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, não aprovado em assembleia geral, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior esses dividendos complementares eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo da Companhia.

CPC Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

As Companhias devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com este pronunciamento, que, dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reconhecidos antes da aplicação dos novos CPC como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com este pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPC foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do exercício, de acordo com o período de competência, tendo como efeito no resultado do exercício o montante de R$ 4,8 milhões.

Apuração de Impostos

A aplicação desses novos pronunciamentos gerou no resultado do exercício um efeito tributário negativo de R$ 38,5 milhões, decorrente do reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos para realização futura, face à opção pela não aplicação tributária às novas regras objeto do Regime Tributário de Transição – RTT.

Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia dos exercícios de 2009 e 2010, ocasião em que foi iniciado o processo de consolidação de suas investidas.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Chesf, em 2010, no montante de R$ 6.322,6 milhões, apresentou um aumento de 17,3% em relação aos R$ 5.389,2 milhões de 2009. Tal resultado foi decorrente dos seguintes crescimentos: 18,8% em fornecimento/suprimento de energia elétrica; 11,3% na receita de transmissão; 19,6% na comercialização de energia no mercado de curto prazo; 44,4% na receita de construção; e o restante, 5,9%, em outras receitas operacionais.

Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R$ 889,5 milhões no ano de 2010 (+15,7% em relação a 2009). Deste total, R$ 530,9 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (+10,5% em relação a 2009) e R$ 358,6 milhões a encargos regulatórios (+24,3% em relação ao ano anterior).

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida, que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou aumento de 17,6% (+ R$ 812,9 milhões) em relação ao ano de 2009, atingindo R$ 5.433,1 milhões em 2010, basicamente como reflexo: no segmento de geração, do aumento no suprimento às empresas distribuidoras e comercializadoras, resultantes da entrada de novos contratos de leilões realizados no Ambiente de Contratação Livre – ACL e no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, dos reajustes previstos nos contratos vigentes, dos montantes apurados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no mercado de curto prazo, e do fornecimento direto às indústrias; e no segmento de transmissão, reflexo dos reajustes dos contratos vigentes e da entrada de novos empreendimentos.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais somaram R$ 2.960,2 milhões em 2010, -9,6% em relação ao ano anterior. Esta redução reflete, principalmente, as seguintes variações: -33,5% na rubrica pessoal, decorrente do registro do Plano de Desligamento Voluntário Programado – PDVP, ocorrido em setembro de 2009, com parte revertida este ano face a desistências ocorridas, e do ACT 2010/2011; +20,7% nos custos de construção; +60,9% em serviços de terceiros, relativo as operações das SPEs controladas pela Chesf; -75,0% nas provisões e perdas para créditos de liquidação duvidosa e com energia livre, que, no exercício registraram R$ 40,5 milhões, contra R$ 162,0 milhões, em 2009; +181,2% na rubrica material, relativo as operações das SPEs controladas pela Chesf; e +59,8% em provisões para contingências.

Resultado do Serviço de Energia Elétrica e Margem Operacional

Como efeito dos fatos anteriormente mencionados, o resultado operacional do serviço (EBIT), no valor de R$ 2.472,8 milhões, apresentou aumento de 83,7% em relação ao montante de R$ 1.345,9 milhões obtido em 2009. Com este resultado, a margem operacional do serviço (resultado do serviço/receita operacional líquida), passou de 29,1% em 2009, para 45,5% em 2010; um acréscimo de 16,4 pontos percentuais.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício apresentou uma receita líquida de R$ 228,5 milhões, enquanto que em 2009 este mesmo resultado apresentou uma despesa de R$ 231,6 milhões. A principal mudança nesse resultado decorreu da redução dos encargos da dívida, motivada pela conversão em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de parte dos empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido consolidado apurado pela Chesf em 2010, foi de R$ 2.177,2 milhões, registrando um aumento de 140,3%, quando comparado aos R$ 905,9 milhões de 2009. Este crescimento é explicado, basicamente, pelo aumento na receita operacional líquida (17,6%), pela diminuição dos custos e despesas operacionais (-9,6%) e pelo resultado financeiro positivo de R$ 228,5 milhões contra um negativo de R$ 231,6 milhões em 2009.

Valor Adicionado

O valor econômico gerado pela Companhia em 2010, conforme o balanço consolidado foi de R$ 4.464,6 milhões, montante 28,9% maior do que os R$ 3.464,4 milhões de 2009. Este valor foi devolvido à sociedade em forma de: salários, encargos e benefícios aos empregados (13,4%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (33,8%); juros aos financiadores (4,0%); dividendos aos acionistas (40,1%); e retenção decorrente de incentivo fiscal (8,7%).

Eletronorte

Impactos no Resultado

O ajuste líquido do resultado, em função da aplicação dos CPCs, totalizou R$ 30,6 milhões e os principais impactos, no exercício 2010, são apresentados abaixo:

No registro dos Ativos e Passivos Regulatórios (-R$ 5,4 milhões)

A variação de custos não gerenciáveis deixou de originar registro de ativos ou passivos regulatórios em função do enquadramento do IFRS não permitir registrar custos ou proveitos associados a vendas futuras.

CPC 38, 39 e 40 – Reconhecimento, Apresentação e Evidenciação de Instrumentos Financeiros (+R$ 55,2 milhões)
Ganhos apurados nos instrumentos financeiros derivativos relativos aos contratos com clientes produtores de alumínio. Passam a ser reconhecidos direitos ou obrigações contratuais cujo valor se altera em resposta às variáveis de mercado (juros, câmbio, índice de preços, taxas, etc.) ou formas de mensuração (valor justo, marcação a mercado, hedge, etc.).

Apuração de Impostos (-R$ 17,5 milhões)
Os impactos tributários decorrentes da aplicação dos CPCs (IFRS) no DRE totalizaram R$ 17,5 milhões (R$ 12,3 milhões de IRPJ e R$ 4,7 de CSLL). Para os CPCs cujas aplicações estão sujeitas às regras do RTT- Regime Tributário de Transição, instituído pela Lei 11.941/2009, a Companhia reconheceu os impostos diferidos para realização futura.

Impactos no Balanço Patrimonial
Os ajustes nas contas do balanço patrimonial, em função da aplicação dos CPCs, totalizaram R$ 509,9 milhões no Ativo e R$540,5 milhões no Passivo, sendo a diferença (R$ 30,6 milhões) igual ao impacto no resultado.

ICPC 01 – Contratos de Concessão (R$ 6.211,3 milhões)
O reconhecimento dos ativos vinculados à concessão como um direito a receber do cliente (intangível) ou a ser reembolsado no final da concessão (ativo financeiro) foi efetuado com base no total de imobilizado da concessão, líquido de obrigações especiais.

Os principais determinantes da evolução da receita líquida no período foram:

Na geração:
A receita líquida na geração teve um aumento de 5,7%% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete o crescimento de 6,5% no volume de energia vendida.

Na transmissão:
Houve um aumento de 106,15% da receita líquida em comparação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete os ajustes do ICPC01, principalmente na receita de construção da SPEs Estação Transmissora de Energia S.A. (R$ 571,8 milhões) que passou a ser controlada pela Companhia neste exercício.

Na distribuição:
Decréscimo de 7,3% na receita líquida em função da diminuição de 11,4% do fornecimento faturado de energia elétrica a consumidores finais;

Na comercialização
Houve decréscimo de 25,5% no volume de energia comercializada em 2010 em relação a 2009. O Decréscimo foi em função da transferência dos contratos como o PIE Termo Norte para a Ceron.

CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

Os principais determinantes da evolução dos Custos no período foram:

Custo com energia elétrica
A Energia elétrica comprada para revenda apresentou decréscimo de 75,9% em função da transferência das operações com a Termo Norte para a Ceron;
Os Encargos de uso da rede elétrica tiveram aumento de 2,9%.

Custo de operação

Na geração:
No item material houve decréscimo de 12,1%.
No item combustível para produção de energia elétrica houve um decréscimo de 100% em função da transferência das operações com a Termo Norte para a Ceron;
No item provisões e reversões houve um acréscimo de 19,0% em relação a 2009.

Na transmissão:
No item pessoal houve acréscimo de 34,9% em 2010 o que deve-se a reajustes e indenizações salariais.
No item serviços de terceiros houve acréscimo de 14,0%.
No item provisões e reversões houve um decréscimo de 11,6% em relação a 2009.

Na dsitribuição:
No item pessoal houve acréscimo de 16,4% em 2010 o que deve-se a reajustes e indenizações salariais.
No item serviços de terceiros houve um decréscimo de 17,6%.
No item provisões e reversões houve um decréscimo de 11,6%.

CUSTO DE CONSTRUÇÃO
O custo de construção apresentou um acréscimo de 197,6%, saindo de R$ 352,3 milhões em 2009 para R$ 1.048,6 milhões em 2010 devidos aos ajustes do ICPC01, principalmente em função dos custos de construção da SPEs, principalmente da Estação Transmissora de Energia S.A. (R$ 539,7 milhões) que passou a ser controlada pela Companhia neste exercício.

DESPESAS OPERACIONAIS

Os principais determinantes da evolução das Despesas operacionais no período foram:

Na geração:
Na conta despesas gerais e administrativas, o acréscimo de 110,1%, em 2010 em relação a 2009.

Na transmissão:
Na conta despesas gerais e administrativas, o decréscimo de 30,3%, em 2010 em relação a 2009.

Na distribuição:
Na conta despesas gerais e administrativas, um acréscimo de 14,6,3%, em 2010 em relação a 2009.

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA

As receitas financeiras apresentaram uma decréscimo de 25,3% variando de R$ 1.004,5 milhões em 2009 para R$ 750,2 milhões em 2010, o que deve-se principalmente aos ganhos com derivativos em 2009, no montante de R$ 430.984, diante de um ganho de R$ 55,2 milhões em 2010.

As despesas financeiras apresentaram decréscimo de 36,5% variando de R$ 1.009,8 milhões em 2009 para R$ 640,8 milhões em 2010, em função a variação dos encargos de empréstimos e financiamentos que no exercício de 2009 foi da ordem de R$ 1.269,8 milhões ante o valor de R$ 340,8 milhões em 2010, em face a renegociação dos empréstimos e financiamentos com a Eletrobrás.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)
Houve um decréscimo de 105,9% nesta rubrica tendo em vista, substancialmente, a reversão do impairment da UHE Samuel ocorrida em 2009 no montante de R$ 598,2 milhões.

RESULTADO OPERACIONAL
O resultado operacional, representado pelo lucro antes dos tributos, decresceu em 60,4% em decorrência dos ajustes citados anteriormente.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido do exercício teve um decréscimo de 76,09% variando de R$ 584,5 milhões em 2009 para R$ 139,7 milhões em 2010, o que deve-se ao fato de que:

(a) Incorporação ao capital social de grande parcela da dívida de empréstimos e financiamentos com a Eletrobras, com respectiva redução de encargos financeiros;

(b) Interligação do sistema Acre/Rondônia, evitando os custos de geração térmica; e

(c) Advento do Marco Regulatório dos Sistemas Isolados, estabelecido por meio da Lei 12.111/2009, que minimiza os custos de produção de energia elétrica no Amapá.

(d) Reversão do impairment da UHE Samuel no montante de R$ 598,2 milhões que afetou o resultado do exercício de 2009.

(e) O efeito positivo no resultado no exercício de 2009, do montante de R$ 284,4 milhões, decorrente dos ajustes da adoção das novas práticas contábeis (IFRS).

Eletronuclear

Em 2010, devido às condições favoráveis de Despacho determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico e a sua boa performance, as Usinas Angra 1 e 2 bateram o recorde de geração anual da Central, produzindo 14.543.807,3 MWh de Energia Bruta e a produção histórica acumulada das duas unidades atingiu o valor de 166,8 milhões de MWh. A geração nuclear em 2010 apresenta um acréscimo de 12,16%, quando comparada a 2009.

A tarifa da Eletronuclear é definida anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Resolução ANEEL nº 919, de 08 de dezembro de 2009, homologou a tarifa provisória de R$ 135,63 /MWh para vigorar no período de 05

de dezembro de 2009 a 04 de dezembro de 2010 e conforme previsto no parágrafo 2º, da Lei nº 12.111/2009, a ANEEL, em 30 de novembro de 2010, mediante a Resolução de nº 1.091, homologou uma nova tarifa ainda provisória de R$ 137,66 MWh, para vigorar no mesmo período de dezembro de 2009 a dezembro de 2010. Nesta mesma Resolução a ANEEL homologou a tarifa de R$ 145,48 por MWh, para vigorar de 05 dezembro de 2010 até 4 de dezembro de 2011, também em caráter provisório, conforme previsto na citada Lei.

No balanço da Eletronuclear destacam-se duas operações contábeis de fundamental importância para a Companhia e que vem ajustar dois itens patrimoniais que acarretavam dificuldades econômicos financeiras, e já a partir do exercício de 2011 vão gerar reflexos significativamente positivos.

Baixa parcial dos custos iniciais da usina Angra 3

O projeto da usina Angra 3 teve seu início na década de 80 e, por questões de prioridades governamentais, teve suas atividades de construção interrompidas do período de setembro de 1982 até julho de 2008. Durante todo esse período ocorreram apropriações de gastos administrativos e financeiros.

Para a adequação deste projeto às práticas contábeis atuais, e em conformidade com as novas práticas contábeis brasileiras, foi realizada a baixa contábil do valor de R$ 1.293,1 milhões, retroagida a 1º de janeiro de 2009, correspondente a tais gastos (financeiros e administrativos), apropriados durante o período de interrupção das obras. Com essa baixa, o valor residual, somado ao custo previsto para o término da usina, totalizará o montante devidamente compatível com os estudos de viabilidade realizados.

Destaca-se que essa operação contábil, também proporcionou à Eletronuclear um benefício fiscal, que se traduz em uma economia efetiva nos tributos federais na ordem de R$ 241,3 milhões, que deverá ser aproveitado escalonadamente, a partir do início da operação da usina.

A contabilização da baixa foi realizada em contrapartida à conta de lucros (prejuízos) acumulados no patrimônio líquido.

Abaixo quadro demonstrativo da operação da baixa contábil no imobilizado em 2010:

Baixa de Gastos do Imobilizado de Angra 3	R$ milhões
Valor do registro contábil do imobilizado em curso – empreendimento Angra 3, existente no ativo imobilizado, antes dos ajustes contábeis dos novos CPCs	1.924,0
Baixa dos gastos financeiros e administrativos do período de interrupção das obras da usina Angra 3, conforme legislação vigente	(1.293,1)
Total em 31 de dezembro de 2010	630,9

Transferência de Empréstimos e Financiamentos para Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital
Em conformidade com as decisões do Conselho de Administração da Eletrobras, em 28 de dezembro foi celebrado entre a Eletronuclear e a Eletrobras, o contrato ECF-2889/2010 de Concessão com recursos ordinários, de um adiantamento por conta de futuro aumento de capital, no valor de R$ 3.051,2 milhões, em valores de 31 de outubro de 2010, que atualizado para 31 de dezembro de 2010, somou a importância de R$ 3.247,4 milhões, e que deverá ser transformada em capital dentro do exercício financeiro de 2011.

Dessa forma a Eletronuclear, em 31 de dezembro de 2010, realizou a transformação em adiantamentos para futuro aumento de capital, de grande parte do saldo existente de dívidas de empréstimos e financiamentos com a Eletrobras.

Resultado

Lucro operacional

A partir da Receita Operacional Líquida de R$ 1.672,0 milhões, deduzindo o Custo do Serviço de R$ 1.087,2 milhões e as Despesas Operacionais líquidas das Receitas de R$ 197,7 milhões, apura-se ao final do exercício de 2010, um Lucro Operacional de R$ 387,1 milhões.

Lucro líquido (prejuízo)

Após deduzidas do lucro operacional as Despesas Financeiras líquidas das Receitas de R$ 582,9 milhões e o efeito positivo do imposto de renda e contribuição social de R$ 61,1 milhões, tem-se um prejuízo de R$ 134,8 milhões.

O resultado de 2009 está sendo reapresentado e o lucro de R$ 218,2 milhões, decorre basicamente dos ajustes oriundos das aplicações dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações de contabilidade com destaque para as reversões nos passivos atuariais de competência de 2009.

Na análise comparativa dos resultados financeiros incorridos nos exercícios de 2010 e 2009, destacam-se alguns fatores que contribuíram para o aumento do prejuízo financeiro de 2010, a saber:

- A variação monetária sobre empréstimos e financiamentos da Eletrobras em 2010, somou ao longo do exercício uma despesa de R$ 202,1 milhões, enquanto que em 2009, o montante do exercício registrou uma receita

(recuperação de despesa) de R$ 24,0 milhões. Tal discrepância é explicada pela oscilação do IGMP2 (indexador contratual) que em 2010 registrou um aumento de 11,32 %, mas em 2009 registrou uma queda de 1,72 %;

- Na variação cambial sobre empréstimos da Eletrobras e sobre dívidas com fornecedores, nos dois exercícios, os montantes apurados apresentaram uma recuperação de despesas, respectivamente, de R$ 30,4 milhões em 2010 e R$ 46,0 milhões em 2009. Verifica-se então que em 2010, o incremento negativo foi menor em R$ 16 milhões em relação a 2009, que é explicado pela desvalorização na cotação do EURO frente ao REAL, que no exercício de 2010, teve uma queda menor em relação a 2009 (2010 - queda de 11,14% e em 2009 - queda de 22,47 %);

- Na variação cambial sobre o passivo para descomissionamento, verifica-se uma recuperação de despesa nos dois exercícios em decorrência da desvalorização do DÓLAR em relação ao REAL. O incremento a maior na recuperação de despesa no exercício de 2009 é explicado pela desvalorização maior em 2009 (2009 – queda de 25,49 % e em 2010 – queda de 2,63 %). Já na despesa de ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento, o efeito foi inverso, mas a variação de um exercício para o outro não é relevante;

- Nas despesas de encargos de dívidas, os resultados dos dois exercícios se equivalem, demonstrando um aumento inexpressivo em 2010.

Eletrosul

O ajuste líquido do resultado em função da aplicação dos CPC´s superou o resultado regulatório em R$ 26,5 milhões, atingindo o lucro líquido de R$ 67,6 milhões e os principais impactos, no exercício 2010, são apresentados abaixo:

A variação de custos não gerenciáveis deixou de originar registro de passivos regulatórios em função do enquadramento do IFRS não permitir registrar custos ou proveitos associados a vendas futuras.

O montante desse impacto na receita anual permitida da Eletrosul foi uma redução anual de R$ 60,6 milhões com efeito retroativo a julho/2009, resultado dos efeitos da segunda revisão tarifária da Companhia, além da redução de 6,61% no valor total da RAP.

CPC 20 – Custos de Empréstimos
A capitalização de encargos financeiros associados a investimentos passa a ser obrigatória e não dependem de empréstimos carimbados.

Todos os encargos financeiros associados a investimentos de geração são capitalizados e totalizaram R$ 29,5 milhões em 2010.

Descontaminação de encargos financeiros contabilizados anteriormente no imobilizado da transmissão e transferidos para o resultado no total de R$ 4.4 milhões.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
O montante líquido de provisões para contingências que afetaram o resultado de 2010 foi de R$ 16,7 milhões, sendo basicamente representado por processos trabalhistas e cíveis.

Também foi reconhecido no resultado em 2010 despesas com recomposição do lastro de energia dos contratos de comercialização da UHE Passo São João no montante de R$ 21,2 milhões, face ao adiamento do início da operação comercial.

CPC 38, 39 e 40 – Reconhecimento, Apresentação e Evidenciação de Instrumentos Financeiros
Não houve impacto substancial da aplicação do CPC 38, 39 e 40 nas demonstrações da Eletrosul, exceto pela reclassificação para o Passivo Não Circulante, do montante de R$ 724.1 milhões a titulo de adiantamento para futuro aumento de capital recebido da Eletrobras antes classificado no Patrimônio Líquido e do reconhecimento por reflexo no patrimônio líquido de resultado negativo com hedge accounting das SPE´s Norte Brasil e ESBRP no valor total de R$ 9.1 milhões.

Apuração de Impostos
Os impactos tributários decorrentes da aplicação dos CPCs (IFRS) no DRE totalizaram R$ 3,2 milhões de PIS/Cofins e R$ 15,2 milhões de IRPJ /CSLL. Para os CPCs cujas aplicações estão sujeitas às regras do RTT – Regime Tributário de Transição, instituído pela Lei 11.941/2009, a Companhia reconheceu os impostos diferidos para realização futura.

Impactos no Balanço Patrimonial
Os ajustes nas contas do balanço patrimonial em função da aplicação dos CPC´s, totalizaram R$ 39.2 milhões no Ativo e R$ 12.7 milhões no passivo, sendo a diferença de R$ 26.5 milhões igual ao impacto no resultado.

ICPC 01 – Contratos de Concessão (R$ 2.529 milhões)
O reconhecimento dos ativos vinculados à concessão como ativos financeiros a serem amortizados com a RAP ou a ser reembolsado no final da concessão foi efetuado com base no total de imobilizado, liquido de obrigações especiais. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos ativos financeiros da controladora era de R$ 2.529 milhões.

Importante destacar o refazimento de 2009 para fins de comparação, que contemplam juntamente com o balanço de 2010, a adoção das novas normas de contabilidade emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), cuja

principal mudança para as transmissoras foi a adoção do IFRIC 12 (contratos de concessão), que mudou a forma de contabilizar os ativos de transmissão, que passam a ser reconhecidos, no balanço, como Ativo Financeiro. Outra mudança relevante foi a forma de reconhecimento das receitas de transmissão, que pelas normas anteriores a RAP era contabilizada como receita do período, agora, pelas novas normas contábeis, reconhece-se a receita de operação e manutenção e a receita de atualização do ativo financeiro.

Os principais determinantes da evolução da receita líquida no período foram:

Na transmissão:
A receita operacional bruta de Transmissão totalizou R$ 830,9 milhões em 2010, representando uma redução de 4,56% (R$ 39,7 milhões) em relação a 2009. Vale destacar que, em face da adoção do novo padrão contábil, a Companhia passou a reconhecer receita decorrente da construção da infraestrutura utilizada na transmissão, cujos montantes em 2010 e 2009 foram de R$ 108,3 milhões e R$ 193,9 milhões, respectivamente. Anulado esse efeito da receita de construção para a qual foi atribuida margem zero face ao custo estar registrado como custo operacional, a receita operacional bruta teve um acréscimo de 6,77%.

Importante destacar também que a variação de custos não gerenciáveis deixou de originar registro de passivos regulatórios no balanço societário em função do enquadramento do IFRS não permitir registrar custos ou proveitos associados a vendas futuras.

O montante desse impacto na receita anual permitida da Eletrosul foi uma redução anual de R$ 60,6 milhões com efeito retroativo a julho/2009, resultado dos efeitos da segunda revisão tarifária da Companhia, além da redução de 6,61% no valor total da RAP.

Na comercialização:
Em decorrência ao cumprimento dos contratos de CCEAR´s face ao adiamento do início de operação comercial da UHE Passo São João, a receita de comercialização de energia em 2010 atingiu o montante de R$ 21,3 milhões.

CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

Os principais determinantes da evolução dos Custos no período foram:

Custo com energia elétrica

A Energia elétrica comprada para revenda apresentou um custo de R$ 27,3 mihões, face ao cumprimento dos contratos de CCEARs em função do adiamento do início de operação comercial da UHE Passo São João.

Também foi reconhecido no resultado em 2010 despesas com recomposição do lastro de energia dos contratos de comercialização da UHE Passo São João no montante de R$ 21,2 milhões, face ao adiamento do início da operação comercial.

Custo de operação

Na transmissão:

a) Os custos com serviços de terceiros totalizaram R$ 27,0 milhões, um acréscimo de 19,5% em relação ao exercício de 2009 (R$ 22,6 milhões).

b) Aumento de cerca de 8,8% nas despesas com Pessoal em 2010 decorrente do reajuste salarial em função do acordo coletivo. Os demais custos são reflexos temporários em função dos custos das indenizações do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal e da migração para o novo Plano de Cargos e Salários.

c) O gastos com materiais tiveram um acréscimo de 7,1%, em relação ao período anterior, atingindo um montante de R$ 7,7 milhões (R$ 7,2 milhões em 2009)

d) Outros custos teve uma redução de 23,4%, atingindo um montante de R$ 3,6 milhões (R$ 4,7 milhões em 2009)

CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS

O custo dos serviços prestados à terceiros que basicamente são os serviços de O&M foram de R$ 14,1 milhões em 2010 (R$ 9,4 milhões em 2009).

CUSTO DE CONSTRUÇÃO

Vale destacar que, devido a adoção do novo padrão contábil, a Companhia passou a reconhecer receita decorrente da construção da infraestrutura utilizada na transmissão, cujos montantes em 2010 e 2009 foram de R$ 108,3 milhões e R$ 193,9 milhões, respectivamente. Anulado esse efeito da receita de construção para a qual foi atribuida margem zero. Assim, os custos de construção foram respectivamente de R$ 108,3 milhões e R$ 193,9 milhões.

DESPESAS OPERACIONAIS

Os principais determinantes da evolução das Despesas operacionais no período foram:

a) Os custos com serviços de terceiros totalizaram R$ 28,1 milhões, um acréscimo de 35,4% em relação ao exercício de 2009 (R$ 20,7 milhões).

b) Os gastos com outras despesas tiveram uma redução de 47,9%, atingindo um montante de R$ 7,5 milhões (R$ 12,7 milhões em 2009)

c) Aumento de cerca de 8,8% nas despesas com Pessoal em 2010 decorrente do reajuste salarial em função do acordo coletivo. Os demais custos são reflexos temporários em função dos custos das indenizações do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal e da migração para o novo Plano de Cargos e Salários.

RESULTADO DO SERVIÇO

O resultado antes das receitas e despesas financeiras e do reconhecimento da equivalência patrimonial, que se traduz no resultado do serviço, atingiu o montante de R$ 232,7 milhões (318,8 milhões em 2009), teve uma redução de 27,0%, quando comparado com igual período anterior.

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA

a) aumento das despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos em R$ 22,6 milhões;

b) aumento do resultado financeiro no período, basicamente pelo reconhecimento da atualização dos créditos renegociados com a União no montante de R$ 149,2 milhões (R$ 67,8 milhões em igual período no ano de 2009). Esse aumento é decorrente da variação positiva do IGPM apurado em 2010 no percentual de 11,32% (negativo de 1,71% em igual período de 2009).

c) reflexo de R$ 32,5 milhões de ganho na equivalência patrimonial, pelo reconhecimento, no Balanço, das variações patrimoniais apuradas nas empresas investidas pela Eletrosul (SPE's);

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

Reconhecimento contábil de despesas com impairment conforme o pronunciamento contábil CPC 01 na UHE Passo São João no montante de R$ 135,1 milhões.

RESULTADO OPERACIONAL

Em 2010, o lucro operacional antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, atingiu o montante de R$ 119,5 milhões, após a adoção do novo padrão de contabilidade internacional internacional (IFRS) (R$ 323,5 milhões em 2009).

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2010, o lucro líquido da Eletrosul atingiu o montante de R$ 67,6 milhões, após a adoção do novo padrão de contabilidade internacional (IFRS). O lucro teve uma redução de 68,5% quando comparado com o resultado do exercicio anterior (R$ 214,4 milhões), em função dos reflexos já comentados acima.

CGTEE

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE encerrou o exercício de 2010 com um Lucro de R$ 41,2 milhões, em comparação com o mesmo período de 2009 onde o lucro foi R$ 128,2 milhões.

A implantação inicial do IFRS trouxe efeitos nos resultados de 2010, 2009 e inicial de 2009, onde os impactos basicamente foram do CPC 27 (Ativo Imobilizado) e OCPC 05 que trouxe a necessidade de estorno de despesas administrativas no imobilizado em curso, estorno de variação cambial positiva e negativa e despesas financeiras aplicadas no imobilizado, e ainda a CVM 600 que mudou os critérios contábeis do tratamento dos benefícios pós-emprego. Estes fatores alteraram os resultados de 2010 em +12,8 milhões, de 2009 em +149,1 milhões e de 01/01/2009 em –185,6 milhões.

A Receita Operacional Líquida apresentou desempenho superior a 2009 em R$ 337,6 milhões. Nesse incremento houve influência a partir de 01 de janeiro de 2010, o início de faturamento dos contratos relativos ao 1º Leilão de Energia Nova, onde houve a comercialização da UTE Candiota III (Fase C).

A companhia obteve da ANEEL através do Ofício 135/2010-SEM/ANEEL a mudança de Status desse empreendimento de atrasado para descasado. Com essa condição neste trimestre a companhia recuperou a diferença da tarifa do contrato

em relação a aplicação pela CCEE da Resolução Normativa ANEEL 165/2005 de 19/09/2005, que praticava tarifas limitadas a PLD + 10%, no período de Janeiro a Julho de 2010. O montante desta recuperação foi de R$ 181,0 milhões.

O Resultado Operacional foi superior em R$ 120,2 milhões em comparação a igual período do exercício anterior, motivado pelo incremento das receitas já comentado e pela redução na maioria das despesas com exceção de Pessoal (+22,1%), combustíveis para produção de energia (+100,8), Encargos do Uso da Rede Elétrica (+132,1%) e Energia Elétrica Comprada Para Revenda (+202,6%).As despesas que tiveram a redução mais significativa foi, Material (-21,3%), Serviços (-12,0%), Depreciação (-12.2%) e Outras Despesas (-161,7%).

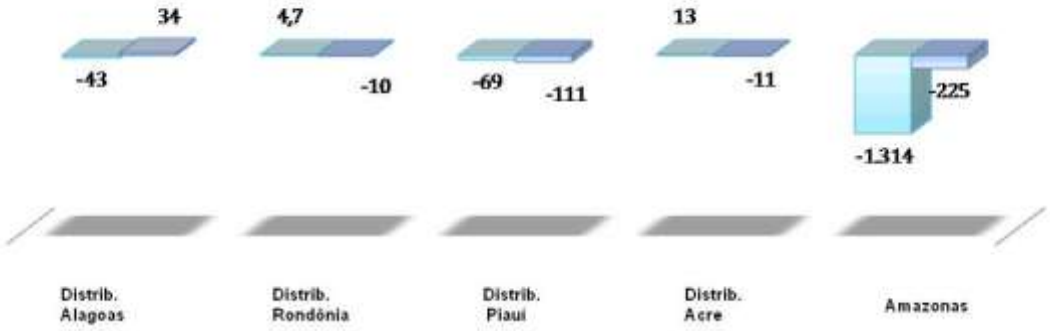
O crescimento das despesas com Encargos do Uso da Rede Elétrica e Energia comprada para revenda tem como causa principal o início contratual da UTE Candiota III (Fase C) em 01/01/2010, desta forma tendo início os contratos de conexão, e a necessidade de suprir os contratos a necessidade contratar a energia para o atendimento.

O resultado financeiro da CGTEE foi positivo em R$ 1,1 milhão, em decorrência do crescimento das receitas financeiras e do aumento dos Encargos de dívidas pagos em 2009 das obrigações com empréstimos contratados junto a Eletrobrás.

A companhia em relação a igual período do exercício de 2009 apresenta um maior endividamento resultado dos investimentos para realização das obras de Candiota III (Fase C), revitalização da Fase B e outros empréstimos de menor expressão para cumprimento com as obrigações com compra de energia e para financiamento dos investimentos em execução.

EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO

As empresas distribuidoras de energia do Sistema Eletrobras, abaixo listadas, apresentaram, no seu conjunto, no exercício de 2010, um prejuízo de R$ 1.433 milhões, enquanto que no exercício de 2009 foi registrado um prejuízo de R$ 322 milhões. O resultado de 2010 foi fortemente influenciado pelo resultado da empresa Amazonas Energia S.A, que registrou em 2010 um prejuízo de R$ 1.314 milhões, contra um prejuízo de R$ 225 milhões no mesmo período de 2009.

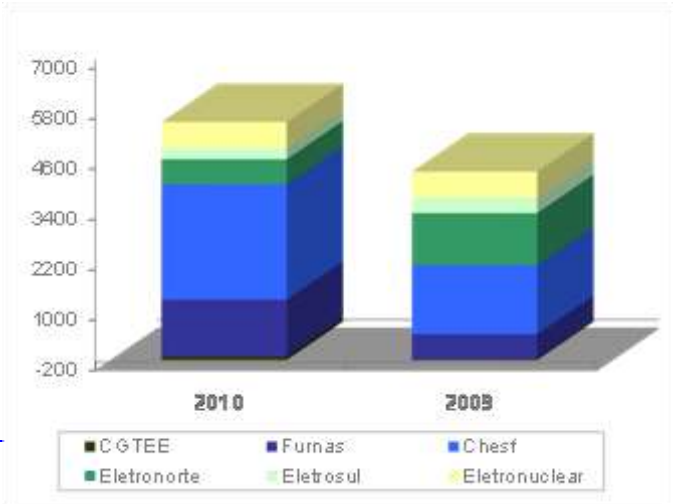


O resultado da controlada Amazonas Energia S.A., em 2010, foi diretamente influenciado por diversas variáveis extraordinárias, parte delas originárias da nova prática contábil, tais quais: Leasing/ Arrendamento Financeiro = R$ 113 milhões; Impairment Ativo Final/Concessão = R$ 244 milhões; Impairment Crédito Tributário = R$ 468 milhões.

5.2. Evolução do Ebitda

O Ebitda das Empresas controladas da Eletrobras, abaixo, em 2010 somou R$ 4,9 milhões, o que representa um aumento de 0,9% frente ao ano passado.

EBITDA	2010	2009	%
Furnas	1.358	593	128,8%
Chesf	2.755	1.644	67,5%
Eletronorte	594	1.242	-52,2%
Eletrosul	268	364	-26,5%
CGTEE	82	27	208,7%
Eletronuclear	619	625	-1,0%
SubTotal	**5.675**	**4.496**	**26,2%**
Distribuidoras	(789)	347	-327,1%
Total	**4.886**	**4.843**	**0,9%**



MARGEM EBITDA	2010	2009	%
Furnas	21%	10%	111,9%
Chesf	53%	37%	46%
Eletronorte	17%	37%	-52,9%
Eletrosul	37%	40%	-7%
CGTEE	34%	44%	-24,2%
Eletronuclear	16%	14%	11%
SubTotal	**31%**	**27%**	**15%**
Distribuidoras	-19%	9%	-306%
Total	**22%**	**24%**	**-8%**

O Ebitda é calculado somando-se ao resultado líquido do período os tributos sobre o lucro, o resultado financeiro e as depreciações e amortizações

6 – Resultado Financeiro

A desvalorização do Dólar Norte-Americano em relação ao Real e o fato de a Eletrobrás deter relevante parcela de seus recebíveis (líquidos de obrigações) – R$ 7.428,9 milhões (US$ 4.491,0 milhões) - indexados à moeda estrangeira, produziram efeito negativo no resultado da Companhia em 2010. Neste ano a Eletrobrás registrou uma despesa líquida de R$ 470 milhões decorrente da variação cambial. No ano anterior, 2009, foi apurada uma despesa líquida de R$ 4.618 milhões decorrente da variação cambial.

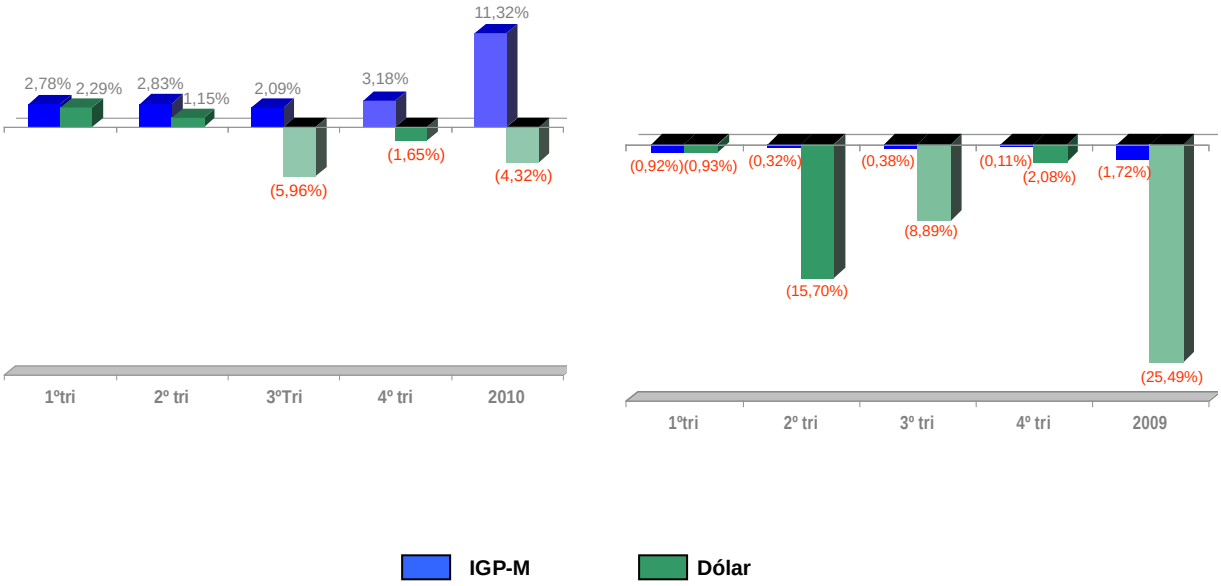
No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, em 2010 a Companhia verificou um ganho de R$ 718 milhões. Em 2009 foi apurado um ganho de R$ 176 milhões, conforme abaixo demonstrado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas Financeiras				
Receitas de juros, comissões e taxas	2.157.684	3.884.310	781.872	1.035.487
Receita de aplicações financeiras	1.261.856	1.147.357	1.537.435	1.464.782
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	24.829	518	393.987	228.145
Atualizações monetárias	717.912	175.509	616.141	356.023
Outras receitas financeiras	60.377	106.407	44.857	736.766
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(656.096)	(643.592)	(1.675.821)	(1.758.473)
Encargos de arrendamento mercantil	-	-	(332.449)	(213.470)
Encargos sobre recursos de acionistas	(1.263.501)	(1.422.982)	(1.298.647)	(1.468.713)
Atualizações cambiais	(469.677)	(4.618.216)	(431.497)	(4.018.643)
	1.833.384	**(1.370.689)**	**(364.123)**	**(3.638.097)**

Os principais indexadores dos contratos de financiamentos e de repasses mostraram as seguintes variações nos períodos:

Evolução da variação do IGP-M e do Dólar

2010 **2009**



7 – Provisões

7.1 Provisões Operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Garantias	-	-	-	-
Contingências	-27.008	-99.242	301.621	117.847
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	338.042	346.207
PCLD - RTE	-	-	-22.374	-39.306
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	36.245	74.556	36.245	74.556
PCLD - Créditos de ICMS	-	-	20.904	177.320
Perdas na realização de AFAC's	160.433	510.235	-148.167	407.560
Passivo a descoberto em Controladas	148.167	-300.261	148.167	-300.261
Perdas em Investimentos - diversos	421.629	1.068.230	421.629	842.830
Outras	-9.197	81.173	433.482	513.653
	730.269	**1.334.691**	**1.529.549**	**2.140.406**

7.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

As Controladas constituem e mantém provisões com observância das normas da ANEEL a partir de análise dos valores constantes do contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pelas administrações das Controladas como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Consumidores e Revendedores			
Companhia Energética do Amapá	912.041	727.425	871.017
Créditos Renegociados	20.356	23.576	13.582
Outras	188.859	160.593	88.369
	1.121.256	**911.594**	**972.968**
Consumidores das Distribuidoras	**716.080**	**768.185**	**630.237**
CCEE - Energia de Curto Prazo	**293.560**	**293.560**	**293.560**
	2.130.896	**1.973.339**	**1.896.765**

As movimentações na PCLD de contas de consumidores e revendedores de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

Saldo em 1º de Janeiro de 2009	1.896.765

(+) Complemento	346.207
(-) Reversões/Baixa	(269.633)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.973.339
(+) Complemento	338.042
(-)Reversões/Baixa	(180.485)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**2.130.896**

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como "Provisões Operacionais". Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado a apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

7.3 Provisões para Contingências

Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

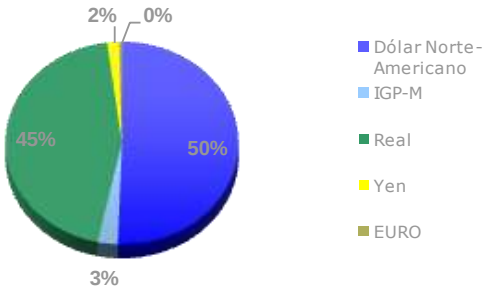
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/200	01/01/200	31/12/201	31/12/20(	01/01/20(
CIRCULANTE						
Trabalhistas	-	-	-	80.355	90.266	78.438
Tributárias	-	-	-	105.013	23.454	75.110
Cíveis	-	-	-	63.368	131.118	149.904
Outros	-	-	-	8.844	7.870	-
	-	**-**	**-**	**257.580**	**252.708**	**303.452**
NÃO CIRCULANTE						
Trabalhistas	6.130	6.130	88.574	814.248	719.869	731.922
Tributárias	-	-	-	177.294	190.046	208.750
Cíveis	1.284.437	1.311.445	1.328.244	2.672.024	2.449.066	2.672.119
Outros	-	-	-	237.723	169.936	156.875
	1.290.567	1.317.575	1.416.818	3.901.289	3.528.917	3.769.666
	1.290.567	**1.317.575**	**1.416.818**	**4.158.869**	**3.781.625**	**4.073.118**

8. Carteira de Financiamento e Empréstimos

8.1 – Financiamento e Empréstimos Concedidos

No encerramento deste exercício, a Companhia mantinha 813 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos (809 em 31 de dezembro de 2009), totalizando R$ 24.761,9 milhões (R$ 28.717,3 milhões em 31 de dezembro de 2009 e R$ 42.234,3 milhões em 01 de janeiro de 2009), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US$ mil	R$ mil
Dólar Norte-America	7,515,523	12.522.366
IGP-M	414,328	690.353
Real	6,627,032	11.041.961
Yen	239,896	399.716
EURO	64,534	107.526
Total	14,861,313	24.761.922



8.1.1– Controladora

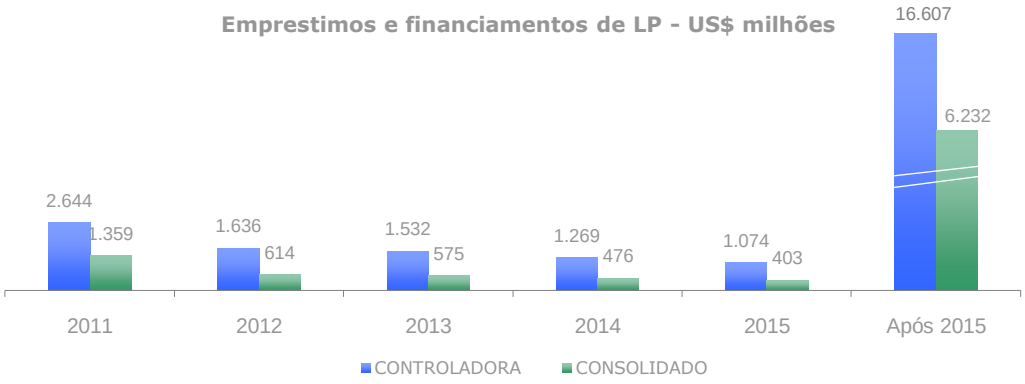
	CONTROLADORA							
	31/12/2010				31/12/2009			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
	TAXA MEDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MEDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO								
FURNAS	7,13	9.389	100.681	1.803.612	7,58	7.246	512.610	821.835
CHESF	7,17	44	24.454	131.747	8,75	-	102.921	150.876
ELETROSUL	6,86	4.147	42.613	733.562	7,46	6.389	97.681	566.020
ELETRONORTE	7,45	12.591	237.971	3.568.778	13,07	10.235	224.254	3.223.741
ELETRONUCLEAR	8,99	7.351	52.823	546.904	11,73	1.682	69.987	3.042.036
CGTEE	3,57	1.284	85.666	834.738	2,54	538	62.361	719.292
Distribuição Alagoas	7,63	1.024	55.353	152.730	6,61	-	(0)	117.409
Distribuição Rondônia	6,72	630	15.736	93.108	8,45	752	-	98.859
Distribuição Piauí	7,06	2.074	39.776	313.137	9,39	561	-	315.330
Distribuição Acre	10,40	451	46.904	17.390	7,39	-	2.352	22.366
Amazonas Energia	7,37	2.631	95.743	418.339	7,95	2.296	-	363.337
ITAIPU	7,09	0	897.087	10.446.168	7,09	-	1.143.039	11.826.932
		41.615	**1.694.809**	**19.060.212**		**29.700**	**2.215.204**	**21.268.033**
OUTRAS								
	6,44	2.140	74.962	340.569	6,22	222	57.735	343.741
CEMIG	7,40	1.882	47.497	258.771	8,39	14	37.627	261.716
COPEL	6,44	736	8.130	99.471	8,01	538	26.779	56.955
CEEE	-	-	-	-	10,00	2.049	126.593	362.530
DUKE	10,38	299.218	108.840	2.639	10,48	286.780	108.062	513
AES ELETROPAULO	12,00	(0)	10.796	-	12,00	435	32.711	10.796
TRACTBEL	6,10	1.070	16.976	53.350	6,00	961	16.976	62.286
CELPE	5,85	1.654	48.214	367.187	5,94	-	30.225	363.860
CEMAR	9,38	958	33.406	185.709	9,34	1.067	30.778	201.823
CESP	6,36	120.849	358.851	1.752.130	3,33	116.087	611.125	2.245.644
OUTRAS		(101.123)	(127.341)	(2.254)		(82.257)	(109.975)	-
(-) PCLD		**327.384**	**580.331**	**3.057.571**		**325.896**	**968.636**	**3.909.865**
T O T A L		**368.999**	**2.275.140**	**22.117.783**		**355.596**	**3.183.840**	**25.177.898**

8.1.2 – Consolidado

	CONSOLIDADO							
	31/12/2010				31/12/2009			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
	TAXA MEDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MEDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO 0CIRCULANTE
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO								
FURNAS	7,13	-	-	-	7,58	-	-	-
CHESF	7,17	-	-	-	8,75	-	-	-
ELETROSUL	6,86	-	-	-	7,46	-	-	-
ELETRONORTE	7,45	-	-	-	13,07	-	-	-
ELETRONUCLEAR	8,99	-	-	-	11,73	-	-	-
CGTEE	3,57	-	-	-	2,54	-	-	-
Distribuição Alagoas	7,63	-	-	-	6,61	-	-	-
Distribuição Rondônia	6,72	-	-	-	8,45	-	-	-
Distribuição Piauí	7,06	-	-	-	9,39	-	-	-
Distribuição Acre	10,40	-	-	-	7,39	-	-	-
Amazonas Energia	7,37	-	-	-	7,95	-	-	-
ITAIPU	7,09	0	448.544	5.223.084	7,09	-	571.519	5.913.466

		0	448.544	5.223.084		-	571.519	5.913.466
OUTRAS								
	6,44	2.140						
CEMIG	7,40	1.882	74.962	340.569	14,25	222	57.735	343.741
COPEL	6,44	736	47.497	258.771	14,41	14	37.627	261.716
CEEE	-	-	8.130	99.471	14,06	538	26.779	56.955
DUKE	10,38	299.218	-	-	-	2.049	126.593	362.530
AES ELETROPAULO	12,00	(0)	108.840	2.639	10,48	286.780	108.062	513
TRACTBEL	6,10	1.070	10.796	-	12,00	435	32.711	10.796
CELPE	5,85	1.654	16.976	53.350	6,00	961	16.976	62.286
CEMAR	9,38	958	48.214	367.187	5,94	-	30.225	363.860
CESP	6,36	120.881	33.406	185.709	9,34	1.067	30.778	201.823
OUTRAS	6,44	(101.124)	361.830	1.771.644	3,33	117.106	670.248	2.262.141
(-) PCLD		327.415	(127.341)	(2.254)		(82.257)	(109.975)	-
			583.310	3.077.087		326.915	1.027.759	3.926.362
T O T A L		327.415	1.031.854	8.300.171		326.915	1.599.278	9.839.828

A parcela de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:



8.2 – Financiamento a Pagar

A Companhia finalizou o exercício de 2010 com 15 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R$ 5.546,7 milhões (R$ 5.102,0 milhões em 31 de dezembro de 2009 e R$ 4.158,1 milhões em 01 de janeiro de 2009), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US$ mil	R$ mil
Dólar Norte-America	3.060.812	5.099.925
Euro	64.628	107.683
Yen	203.504	339.079
Total	3.328.944	5.546.687

8.2.1– Controladora

	CONTROLADORA							
	31/12/2010				31/12/2009			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		´RINCIPAL	
	TAXA MEDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE TAXA MEDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras								
Banco Interamericano	4,16%	2.202	31.001	201.509	5,32%	3.659	32.397	242.977

de Desenvolvimento - BID								
Corporación Andina de Fomento - CAF	2,29%	9.886	25.634	1.935.355	3,97%	22.040	-	1.205.446
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	3,86%	70	21.158	43.556	3,87%	183	23.811	52.205
AMFORP & BEPCO	-	-	-	-	-	-	-	-
Dresdner Bank	6,25%	88	21.405	21.406	6,25%	775	23.810	48.458
Eximbank	2,15%	1.591	44.999	292.490	2,15%	1.654	41.288	309.651
BNP Paribas	1,48%	338	57.703	601.060	1,86%	15.044	-	737.695
Outras		175	1.683	9.343		219	1.759	11.958
		14.350	203.583	3.104.719		43.574	123.065	2.608.390
Bonos								
Dresdner Bank	7,75%	3.812	-	499.860	7,75%	3.984	-	522.360
Credit Suisse	6,87%	54.162	-	1.666.200	6,87%	59.421	-	1.741.200
		57.974	-	2.166.060		63.405	-	2.263.560
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		-	-	-
		-	-	-		-	-	-
		72.324	203.583	5.270.779		106.979	123.065	4.871.950
MOEDA NACIONAL								
RGR		-	-	8.159.038		-	-	7.656.946
Outros		-	-	-		-	-	-
		-	-	8.159.038		-	-	7.656.946
TOTAL		72.324	203.583	13.429.817		106.979	123.065	12.528.896

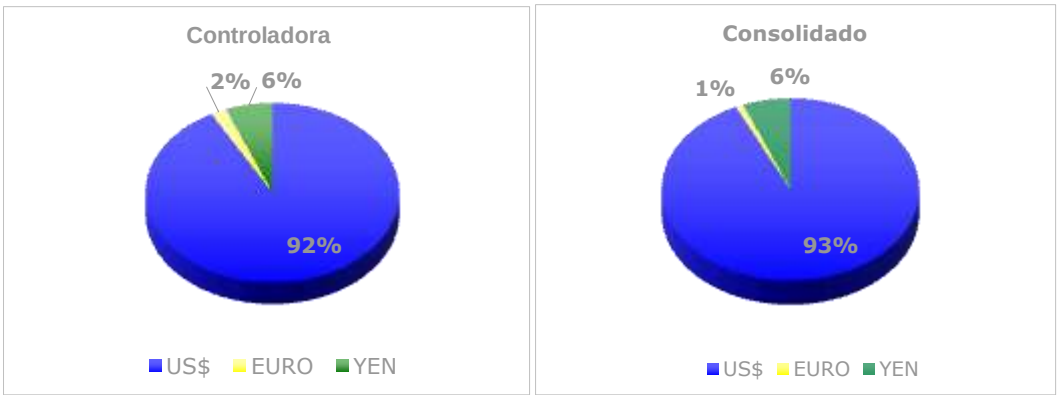
8.2.2– Consolidado

	Consolidado							
	31/12/2010				31/12/2009			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		ENCARGOS	
	TAXA MEDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MEDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estranjeira								
Instituições Financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,16%	2.202	31.001	201.509	5,32%	3.659	32.397	242.977
Corporación Andina de Fomento - CAF		9.886	25.634	1.935.355	3,97%	22.040	-	1.205.446
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW		70	21.158	43.556	3,87%	183	23.811	52.205
AMFORP & BEPCO		-	-	-	-	-	-	-
Dresdner Bank	6,25%	88	21.405	21.406	6,25%	775	23.810	48.458
Eximbank	2,15%	1.591	44.999	292.490	2,15%	1.654	41.288	309.651
BNP Paribas		338	57.703	601.060	1,86%	15.044	-	737.695
Outras		721	11.783	12.476		447	3.942	23.852
		14.896	213.683	3.107.852		43.802	125.248	2.620.284
Bonos								
Dresdner Bank	7,75%	3.812	-	499.860	7,75%	3.984	-	522.360
Credit Suisse	6,87%	54.162	-	1.666.200	6,87%	59.421	-	1.741.200
		57.974	-	2.166.060		63.405	-	2.263.560
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		2.412	349.744	7.978.640		3.342	344.448	8.701.254
		2.412	349.744	7.978.640		3.342	344.448	8.701.254
		75.282	563.427	13.252.552		110.549	469.696	13.585.098
MOEDA NACIONAL								
RGR		-	-	8.159.038		-	-	7.672.055
Outros		65.039	1.164.718	9.858.381		63.467	471.563	7.135.389

		65.039	1.164.718	18.017.419		63.467	471.563	14.807.444
TOTAL		140.321	1.728.145	31.269.971		174.016	941.259	28.392.542

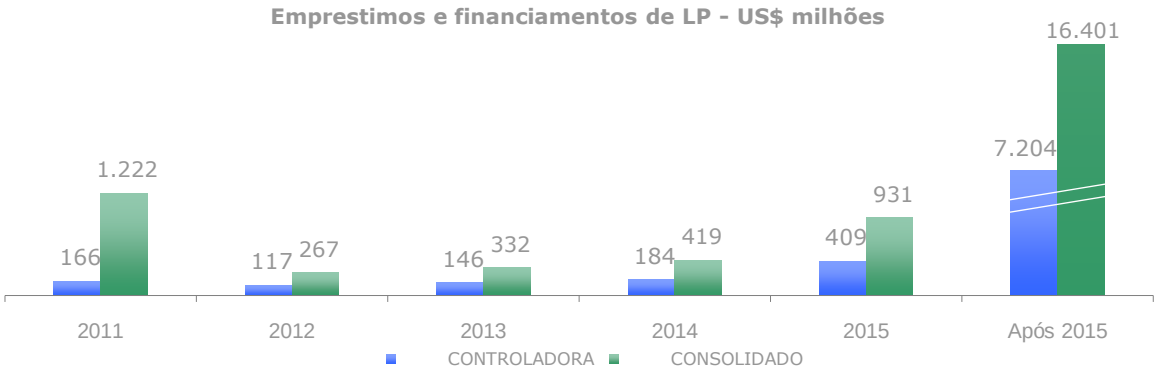
a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela ELETROBRÁS.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, corresponde na controladora a R$ 5.546.687 mil, equivalente a US$ 3.328.944 mil e no consolidado a R$ 13.891.258 mil, equivalente a US$8.337.089 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:



c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2010, foi de 4,19% a.a. e 2009, foi de 5,65 % a.a.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:



Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro
(em milhares de reais)

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	5.598.702	5.576.540	2.731.239	9.220.169	8.617.294	5.527.468
Caixa restrito	2.058.218	1.341.719	734.386	2.058.218	1.341.719	734.386
Títulos e valores mobiliários	5.811.767	6.919.179	6.638.802	6.774.073	7.662.640	7.439.509
Contas a receber	428.633	84.665	39.531	4.016.006	3.102.079	3.118.394
Ativo financeiro de contratos de concessão	-	-	-	726.507	715.720	522.851
Ativo financeiro de Itaipu	413.423	267.408	388.414	997.015	854.656	1.100.155
Financiamentos e empréstimos	2.644.139	3.539.436	2.697.114	1.359.269	1.926.193	1.499.420
Conta de Consumo de Combustível	1.428.256	375.558	573.993	3.041.484	877.833	550.894
Remuneração de participações societárias	684.073	567.821	512.397	178.604	78.726	61.951
Tributos a recuperar	1.370.133	1.081.667	146.107	1.825.905	1.326.933	509.883
Direito de ressarcimento	-	-	-	324.451	221.519	527.809
Devedores diversos	173.255	382.315	171.165	478.367	602.731	373.070
Almoxarifado	607	1.960	1.879	676.609	675.104	595.911
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	40.418	58.765	45.278
Instrumentos financeiros	-	-	-	283.220	227.540	52.640
Outros	228.149	121.141	80.882	805.632	511.773	362.944
	20.839.355	**20.259.409**	**14.715.909**	**32.805.946**	**28.801.225**	**23.022.563**
NÃO CIRCULANTE						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Financiamentos e empréstimos	22.117.783	25.177.898	39.537.157	8.300.171	9.839.828	13.405.178
Contas a receber	-	-	-	1.470.216	1.431.080	1.874.062
Títulos e valores mobiliários	761.750	682.624	613.374	769.905	687.188	618.473
Estoque de combustível nuclear	-	-	-	799.556	755.434	720.294
Ativo financeiro de contratos de concessão	-	-	-	24.995.626	22.352.102	20.821.244
Ativo financeiro de Itaipu	824.574	874.420	2.061.683	15.648.086	16.744.837	24.119.962
Ativos fiscais diferidos	1.835.272	1.892.008	1.348.168	4.338.682	4.493.223	3.450.717
Cauções e depósitos vinculados	562.665	489.890	407.304	1.750.678	1.521.317	991.957
Conta de Consumo de Combustível	785.327	1.074.402	572.279	1.156.926	1.173.580	572.279
Instrumentos financeiros	-	-	-	297.020	228.020	40.050
Outros	199.908	141.992	73.517	889.930	766.145	1.012.243
	27.087.279	**30.333.234**	**44.613.482**	**60.416.796**	**59.992.755**	**67.626.458**
Adiantamentos para participação societária	5.548.884	11.784.618	2.078.679	7.141	4.001	4.027
	32.636.163	**42.117.852**	**46.692.161**	**60.423.937**	**59.996.756**	**67.630.485**
INVESTIMENTOS	52.035.980	42.681.197	40.400.426	4.724.647	5.288.107	5.043.144
IMOBILIZADO	101.848	30.899	25.494	46.682.498	41.597.605	36.495.658
INTANGÍVEL						
Contratos de concessão	-	-	-	932.509	991.879	1.328.055
Outros	50.003	51.855	53.706	1.331.463	1.032.804	786.539
	52.187.831	**42.763.951**	**40.479.626**	**53.671.117**	**48.910.395**	**43.653.396**
TOTAL DO ATIVO	**105.663.349**	**105.141.213**	**101.887.696**	**146.901.000**	**137.708.376**	**134.306.444**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Financiamentos e empréstimos	275.908	230.045	192.181	1.868.465	1.115.275	1.135.497
Empréstimo compulsório	16.191	12.941	85.205	16.925	13.675	85.946
Fornecedores	365.965	307.009	230.362	5.165.765	3.079.614	2.504.293
Adiantamento de clientes	302.100	24.108	15.381	341.462	63.400	53.159
Tributos e contribuições sociais	76.680	15.967	91.608	1.102.672	963.365	810.536
Conta de Consumo de Combustível	2.579.546	923.535	649.341	2.579.546	923.535	667.626
Remuneração aos acionistas	3.340.024	3.155.767	1.656.386	3.424.520	3.214.450	1.687.448
Créditos do Tesouro Nacional	92.770	76.036	72.236	92.770	76.036	72.236
Obrigações estimadas	28.983	9.448	67.835	772.071	672.214	600.661
Obrigações de ressarcimento	759.214	857.001	479.868	759.214	857.001	479.868
Previdência complementar	-	-	-	330.828	351.149	510.197
Provisões para contingências	-	-	-	257.580	252.708	303.452
Taxas regulamentares	-	-	-	584.240	589.433	695.247
Arrendamento mercantil	-	-	-	120.485	108.827	106.435
Instrumentos financeiros	-	-	-	237.209	40.050	296.134
Outros	65.484	82.577	78.910	715.759	949.113	652.417
	7.902.865	**5.694.434**	**3.619.313**	**18.369.510**	**13.269.844**	**10.661.151**
NÃO CIRCULANTE						
Financiamentos e empréstimos	13.429.818	12.528.895	11.159.700	31.269.971	28.392.542	26.910.231
Créditos do Tesouro Nacional	250.485	311.306	403.429	250.485	311.306	403.429
Empréstimo compulsório	141.425	127.358	129.866	141.425	127.358	129.866
Tributos e contribuições sociais	-	70.266	1.189.202	1.217.649	1.273.890	2.472.172
Remuneração aos acionistas	5.601.077	7.697.579	-	5.601.077	7.697.579	-
Obrigação para desmobilização de ativos	-	-	-	375.968	323.326	266.168
Adiantamento de clientes	-	-	-	928.653	978.980	1.018.488
Conta de Consumo de Combustível	785.327	908.832	572.279	1.876.598	1.344.380	1.413.039
Provisões para contingências	1.290.567	1.317.575	1.416.818	3.901.289	3.528.917	3.769.666
Previdência complementar	30.617	101.472	-	2.066.702	1.992.012	2.179.845
Provisão para passivo a descoberto em controladas	201.827	2.213.120	1.874.562	-	-	-
Arrendamento mercantil	-	-	-	1.694.547	1.639.448	1.685.071
Concessões a pagar	-	-	-	834.215	761.131	656.249
Adiantamentos para futuro aumento de capital	5.173.856	4.712.825	4.287.353	5.173.856	4.712.825	4.287.353
Instrumentos financeiros	-	-	-	303.331	228.020	40.050
Outros	551.371	211.044	46.784	2.365.315	1.747.768	1.103.761
	27.456.370	**30.200.272**	**21.079.993**	**58.001.081**	**55.059.482**	**46.335.387**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	26.156.567	26.156.567	26.156.567	26.156.567	26.156.567	26.156.567
Reservas de capital	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342
Reservas de lucros	16.804.851	19.009.668	28.900.908	16.804.851	19.009.668	28.900.908
Lucros acumulados	-	(3.345.744)	(4.086.684)	-	(3.345.744)	(4.086.684)
Ajustes de avaliação patrimonial	163.335	179.427	196.906	163.335	179.427	196.906
Dividendo Adicional Proposto	753.201	370.755	257.836	753.201	370.755	257.836
Outros resultados abrangentes	377.818	827.491	(285.485)	377.818	827.491	(285.485)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	226.296	132.543	121.516
	70.304.114	**69.246.506**	**77.188.390**	**70.530.410**	**69.379.050**	**77.309.906**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**105.663.349**	**105.141.212**	**101.887.696**	**146.901.001**	**137.708.376**	**134.306.444**

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro
(em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.085.083	4.665.986	27.419.157	24.711.937
DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal, Material e Serviços	472.332	434.499	7.370.713	6.486.218
Participação de empregados e administradores nos resultados	35.031	27.000	296.270	284.534
Energia comprada para revenda	1.960.532	1.599.732	4.315.084	3.581.396
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	743.761	756.285
Uso da rede elétrica	-	-	1.353.839	1.263.408
Remuneração e ressarcimento	-	-	1.087.341	1.188.032
Depreciação e amortização	7.210	6.075	1.592.476	1.624.246
Construção	-	-	2.953.484	1.723.960
Provisões operacionais	730.269	1.334.691	1.529.549	2.140.406
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	441.057	669.675
Doações e contribuições	191.774	183.045	261.006	237.978
Outras	68.118	65.342	1.063.205	704.449
	3.465.266	3.650.384	23.007.785	20.660.585
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	619.817	1.015.602	4.411.372	4.051.351
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas Financeiras				
Receitas de juros, comissões e taxas	2.157.684	3.884.310	781.872	1.035.487
Receita de aplicações financeiras	1.261.856	1.147.357	1.537.435	1.464.782
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	24.829	518	393.987	228.145
Atualizações monetárias	717.912	175.509	616.141	356.023
Outras receitas financeiras	60.377	106.407	44.857	736.766
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(656.096)	(643.592)	(1.675.821)	(1.758.473)
Encargos de arrendamento mercantil	-	-	(332.449)	(213.470)
Encargos sobre recursos de acionistas	(1.263.501)	(1.422.982)	(1.298.647)	(1.468.713)
Atualizações cambiais	(469.677)	(4.618.216)	(431.497)	(4.018.643)
	1.833.384	(1.370.689)	(364.123)	(3.638.097)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.453.201	(355.087)	4.047.249	413.255
Imposto de renda	(149.381)	932.493	(1.074.606)	635.875
Contribuição social sobre o lucro líquido	(55.907)	334.061	(419.659)	201.010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.247.913	911.467	2.552.985	1.250.140
PARCELA ATRIBUIDA AOS CONTROLADORES	2.247.913	911.467	2.247.913	911.467
PARCELA ATRIBUIDA AOS NÃO CONTROLADORES	-	-	305.072	338.673
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	R$1,99	R$0,80	R$2,25	R$1,10

Resultado Por Segmento
31/12/2010

	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	657.139	18.015.971	5.833.463	2.912.584	27.419.157
Despesas Operacionais	(1.844.617)	(12.479.549)	(5.367.376)	(3.316.243)	(23.007.785)
Resultado Operacional Antes Do Resultado Financeiro	(1.187.478)	5.536.422	466.087	(403.659)	4.411.372
Resultado Financeiro	717.898	(596.809)	(410.835)	(74.376)	(364.122)
Irpj / Csll	(206.119)	(1.078.830)	(198.609)	(10.707)	(1.494.265)
Participação Minoritária	(305.072)	-	-	-	(305.072)
Lucro Líquido Do Exercício	(980.771)	3.860.783	(143.357)	(488.742)	2.247.913

31/12/2009

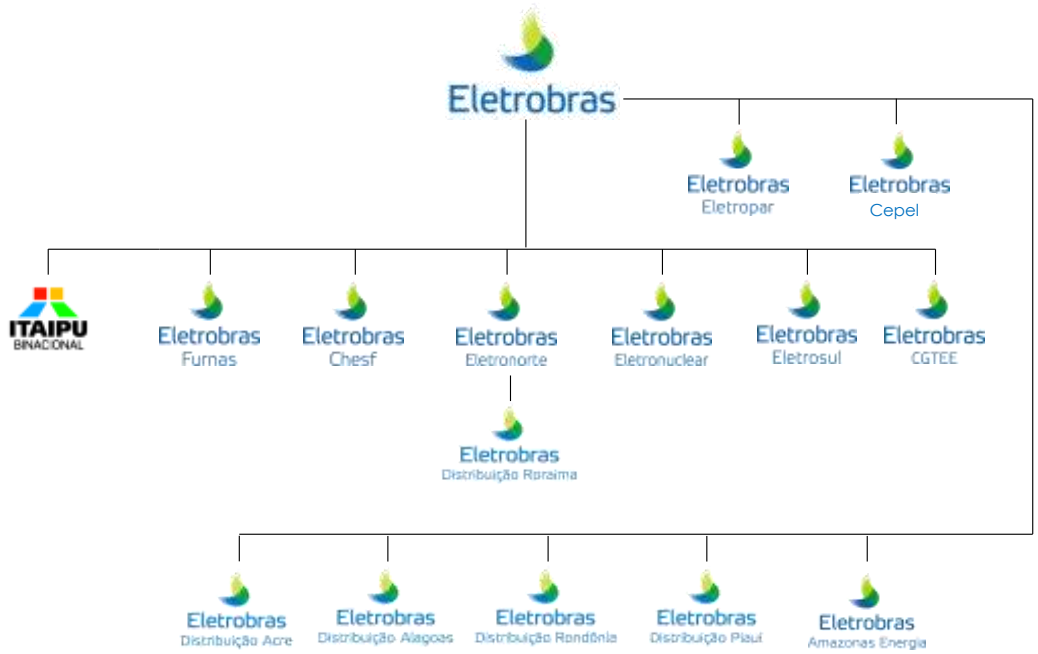
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	1.583.869	16.041.377	4.588.691	2.498.000	24.711.937
Despesas Operacionais	(2.560.632)	(10.826.693)	(4.503.602)	(2.769.658)	(20.660.585)
Resultado Operacional Antes Do Resultado Financeiro	(976.763)	5.214.684	85.089	(271.658)	4.051.352
Resultado Financeiro	(3.981.327)	(6.811)	487.745	(137.704)	(3.638.097)
Irpj / Csll	1.266.418	(217.767)	(207.921)	(3.845)	836.885
Participação Minoritária	(338.673)	-	-	-	(338.673)
Lucro Líquido Do Exercício	(4.030.345)	4.990.106	364.913	(413.207)	911.467

Demonstração do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro
(em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**2.453.201**	**(355.087)**	**4.047.250**	**413.255**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	7.210	6.075	1.592.476	1.624.246
Variações monetárias/cambiais líquidas	(275.152)	4.442.707	(387.617)	3.662.620
Encargos financeiros	327.171	(1.927.925)	5.057.509	1.971.943
Atualizações da taxa de retorno - Transmissão	-	-	(501.058)	(535.842)
Receita de construção	-	-	(636.818)	(440.915)
Resultado da equivalência patrimonial	(2.109.056)	(3.694.296)	(601.165)	(1.571.031)
Repasse Itaipu	(215.989)	548.554	548.554	1.335.177
Provisão para passivo a descoberto	148.167	(74.859)	148.167	(74.859)
Provisão para impostos diferidos	-	-	828	(2.999)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.559	1.246.741	463.201	772.214
Provisão para contingências	(27.008)	(99.242)	460.628	96.752
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	82.402	(412.956)
Provisão para plano de benefício pós emprego	(70.855)	68.623	(43.645)	942.772
Encargos da Reserva Global de Reversão	328.925	310.998	395.756	380.439
Ajuste a valor presente - avaliação atuarial	(36.532)	-	(17.931)	31.485
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	-	-	332.449	213.470
Participação minoritária no resultado	-	-	(305.072)	(338.673)
Encargos sobre recursos de acionistas	1.263.501	1.422.982	1.298.647	1.468.710
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	441.057	669.675
Perda/Ganho na alienação de ativos	-	-	(49.286)	203.918
Instrumentos Financeiros - Derivativos	-	-	(46.599)	(430.984)
Outras	876.416	147.799	337.903	(417.427)
	234.358	2.398.156	8.570.385	9.147.735
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Caixa restrito	(716.499)	(607.333)	(716.499)	(607.333)
Consumidores e revendedores	(319.323)	98.382	(889.281)	16.315
Títulos e valores mobiliários	1.107.412	(280.377)	888.568	(223.131)
Conta de consumo de combustível - CCC	(1.052.698)	198.435	(2.163.651)	(326.939)
Tributos a recuperar	426.416	215.205	215.910	840.102
Direito de ressarcimento	-	238.528	(102.932)	306.290
Devedores diversos	209.060	(211.150)	124.364	(229.661)
Almoxarifado	1.353	-	(1.505)	(79.193)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	18.347	(13.487)
Instrumentos financeiros	-	-	(55.680)	(174.900)
Ativo financeiro de contratos de concessão	-	-	(10.787)	(192.869)
Ativo financeiro de Itaipu	(146.015)	-	(142.359)	245.499
Outros	(205.547)	(54.718)	(392.399)	241.806
	(695.841)	(403.028)	(3.227.904)	(197.502)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Empréstimo compulsório	3.250	(72.264)	3.250	(72.271)
Fornecedores	58.956	(166.164)	2.086.151	575.321
Adiantamento de clientes	277.992	8.727	278.062	10.241
Tributos e contribuições sociais	114.729	-	193.323	(898.824)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.656.011	274.194	1.656.011	274.194
Concessões a pagar	-	-	247.786	5.314
Arrendamento mercantil	-	-	11.658	108.827
Obrigações estimadas	19.535	(58.387)	99.857	71.553
Obrigações de ressarcimento	(97.787)	340.701	(97.787)	377.133
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-
Previdência Complementar	-	-	-	-
Taxas regulamentares	-	-	(5.194)	589.433
Instrumentos financeiros	-	-	197.159	40.049
Outros	(17.235)	46.487	(481.282)	943.797
	2.015.451	373.294	4.188.994	2.024.767
Caixa proveniente das atividades operacionais	**4.007.169**	**2.013.336**	**13.578.725**	**11.388.255**
Pagamento de encargos financeiros	(319.609)	(78.062)	(1.453.344)	(1.104.469)
Pagamento de encargos da Reserva Global de Reversão	(864.871)	(741.256)	(864.871)	(788.445)
Recebimento de encargos financeiros	1.741.418	542.569	468.975	574.508
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(292.857)	(450.649)	(890.205)	(906.786)
Depósitos judiciais	(51.956)	(1.232)	(146.131)	(354.036)
Caixa líquido das atividades operacionais	**4.219.294**	**1.284.705**	**10.693.149**	**8.809.027**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	866.811	2.241.945	3.829.260	1.672.331
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(287.820)	(221.247)	(1.202.294)	(1.145.379)

Pagamento de remuneração aos acionistas	(3.118.071)	(1.102.644)	(3.143.565)	(1.390.796)
Pagamento de refin. de impostos e contrib. - principal	-	-	(92.115)	(97.480)
Adto para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	-
Empréstimo compulsório e Reserva Global de Reversão	1.049.035	896.445	1.049.035	896.445
Outros	-	(231.860)	(346.433)	(1.416.057)
Caixa líquido das atividades de financimento	**(1.490.045)**	**1.582.639**	**93.888**	**(1.480.936)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Concessão de empréstimos e financiamentos	(2.338.198)	(2.125.820)	(142.291)	(216.056)
Recebimento de empréstimos e financiamentos	3.912.725	1.846.586	(486.933)	1.064.842
Créditos de energia renegociados recebidos	-	-	342.745	563.460
Aquisição de ativo imobilizado	(74.566)	(83.320)	(6.256.197)	(5.262.299)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(359.219)	(290.736)
Aquisição de ativo financeiro - Transmissão/Distribuição	-	-	(266.146)	737.675
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	(67.241)	(523.681)	(628.455)	(1.018.951)
Concessão de adto para futuro aumento de capital	(5.596.121)	(595.274)	(3.095.671)	0
Receb. de remuneração de investos. em part. societárias	1.456.313	1.459.495	600.869	731.216
Outros	-	(30)	107.136	(547.417)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(2.707.087)**	**(22.044)**	**(10.184.162)**	**(4.238.265)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**22.162**	**2.845.301**	**602.875**	**3.089.826**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.576.540	2.731.239	8.617.294	5.527.468
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.598.702	5.576.540	9.220.169	8.617.294
	22.162	**2.845.301**	**602.875**	**3.089.826**

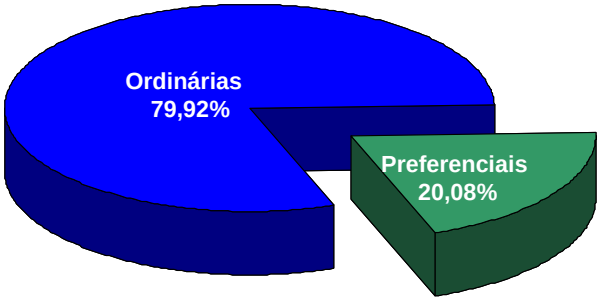
Organograma da Eletrobras



Estrutura de Capital

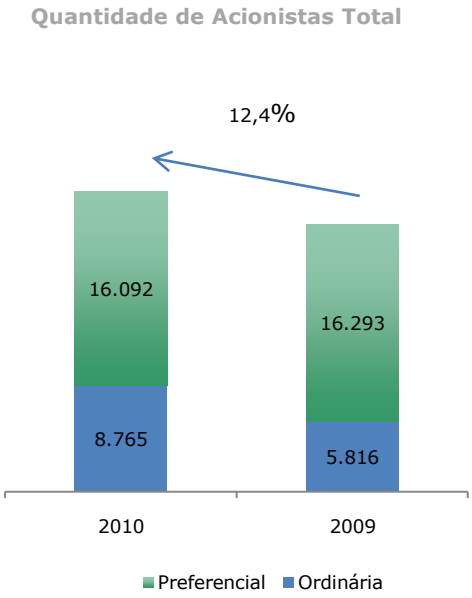
Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da Eletrobras apresentava a seguinte composição:

Acionistas	Ordinárias		Pref. classe "A"		Pref. classe "B"		Total	
Total	**905.023.527**	**%**	**146.920**	**%**	**227.186.643**	**%**	**1.132.357.090**	**%**
União Federal	470.656.241	52,00			712	0,00	470.656.953	41,56
Bndespar	190.757.950	21,08			18.691.102	8,23	209.449.052	18,50
FND	45.621.589	5,04					45.621.589	4,03
FGhab	1.000.000	0,11					1.000.000	0,09
FGI					8.750.000	3,85	8.750.000	0,77
FGO					1.008.500	0,44	1.008.500	0,09
Outros	196.987.747	21,77	146.920	100,00	198.736.329	87,48	395.870.996	34,96
Cust.CBLC	195.809.462	21,64	84.870	57,77	160.511.450	70,65	356.405.782	31,47
Residente	61.461.579	6,79	84.870	57,77	38.969.201	17,15	100.515.649	8,87
Não residente	62.385.693	6,89	1	0,00	88.568.342	38,99	150.954.036	13,33
Prog. ADR	71.962.190	7,96			32.973.907	14,51	104.936.097	9,27
Demais	1.178.285	0,13	62.050	42,23	38.224.879	16,82	39.465.214	3,49
Residente	1.150.556	0,13	62.023	42,22	38.220.877	16,82	39.433.456	3,49
Não residente	27.729	0,00	27	0,01	4.002	0,00	31.758	0,00

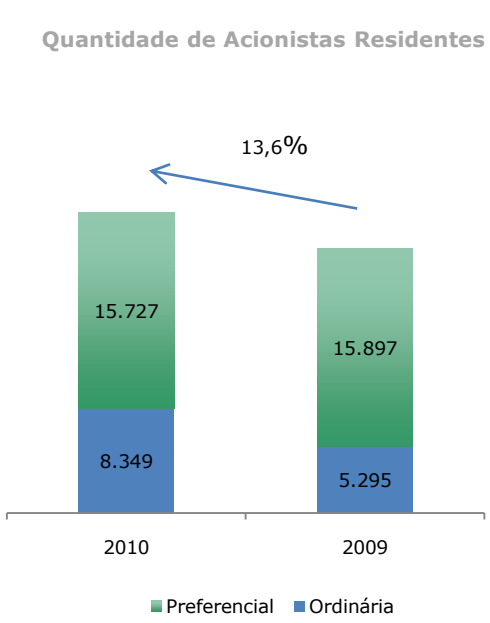


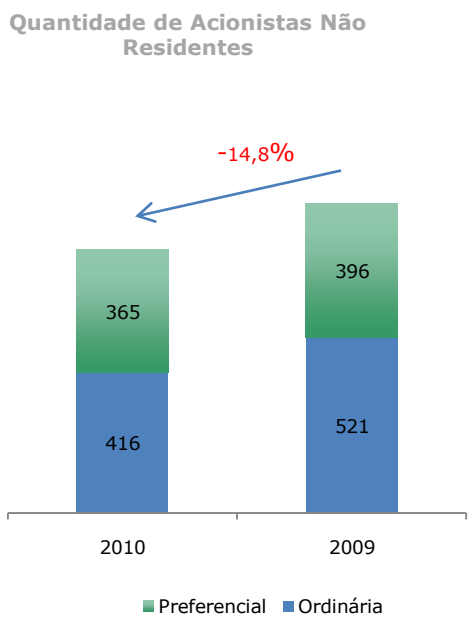
Quantidade de Acionistas Cadastrados no Sistema Escritural

A quantidade de acionistas no sistema escritural aumentou em 12,4% no período entre 31 de dezembro 2009 e 31 de dezembro de 2010. Houve um aumento de 50,7% no número de acionistas das ações ordinárias e uma diminuição de 1,2% no das ações preferenciais.



No período entre 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, houve um aumento de 13,6% no número de acionistas residentes no Brasil. Quanto aos acionistas não-residentes, no período entre 31 de dezembro 2009 e 31 de dezembro de 2010, observa-se que a participação acionária teve uma diminuição de 14,8%





Análise do Comportamento dos Ativos

Ações

Eletrobras PNB - ELET6

No ano de 2010 as ações preferenciais da Eletrobras apresentaram uma desvalorização de 10,34% fechando a R$ 26,72. A mais alta cotação foi de R$ 34,05, registrada em 22 de janeiro, e a mais baixa R$ 24,57, registrada em 6 de maio, considerando valores ex-dividendo.

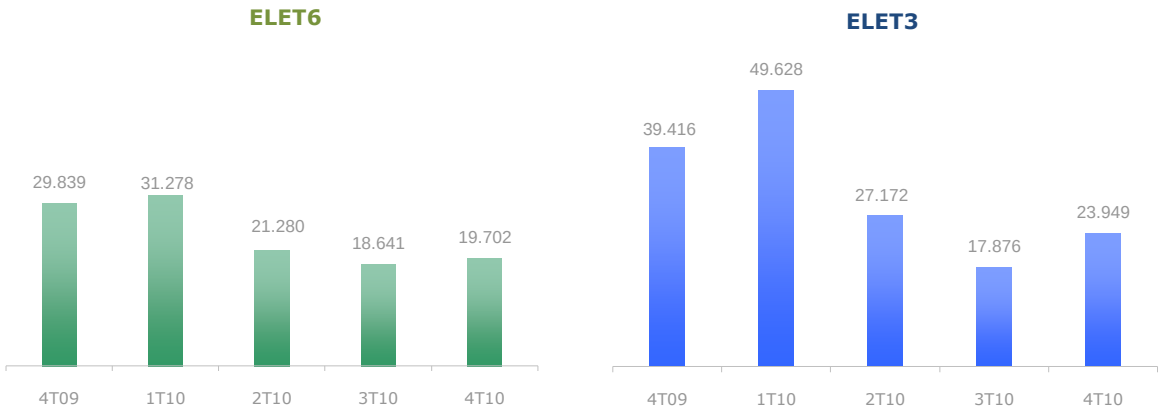
Eletrobras ON - ELET3

No ano de 2010 as ações ordinárias da Eletrobras apresentaram uma desvalorização de 13,10% fechando a R$ 22,23. A cotação mais alta foi alcançada em 22 de janeiro, R$ 30,68 e a mais baixa em 6 de maio, R$ 20,42, considerando valores ex-dividendo.

Evolução das Ações Negociadas na BM&FBOVESPA

Número índice 31/12/2009 = 100 e valores ex-dividendo.

Volume Financeiro Médio Diário no período negociado na BM&FBOVESPA



Valores em R$ mil.

Programas de ADR

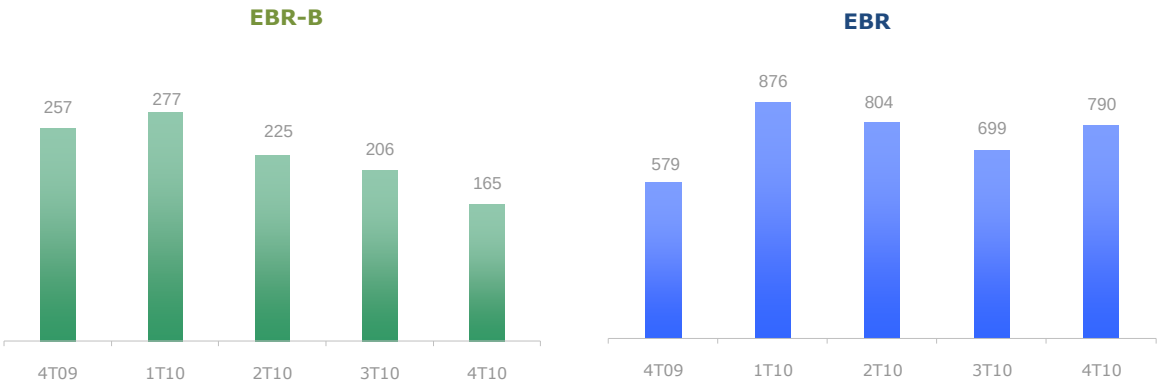
EBR-B - Ações Preferenciais da Eletrobras

No ano de 2010, os ADRs de ações preferenciais da Eletrobras registraram uma desvalorização de 5,40% fechando em U$ 16,65. A mais alta cotação foi de U$ 18,83 em 11 de janeiro. Já a mais baixa, U$ 13,08, foi em 6 de maio, considerando valores ex-dividendo. O Saldo de ADRs correspondente a essas ações no final do ano foi de 32.973.907.

EBR - Ações Ordinárias da Eletrobras

No ano de 2010, os ADRs de ações ordinárias da Eletrobras registraram uma desvalorização de 6,08% fechando em U$ 13,74. A mais alta cotação foi de U$ 16,64 em 22 de janeiro. Já a mais baixa, U$ 10,94, foi em 06 de maio, considerando valores ex-dividendo. O Saldo de ADRs correspondente a essas ações no final do ano foi de 71.962.190.

Volume de negociação médio diário do período na NYSE



Valores em mil recibos.

Latibex (Mercado de ações latino-americanas existente na Bolsa de Madri)

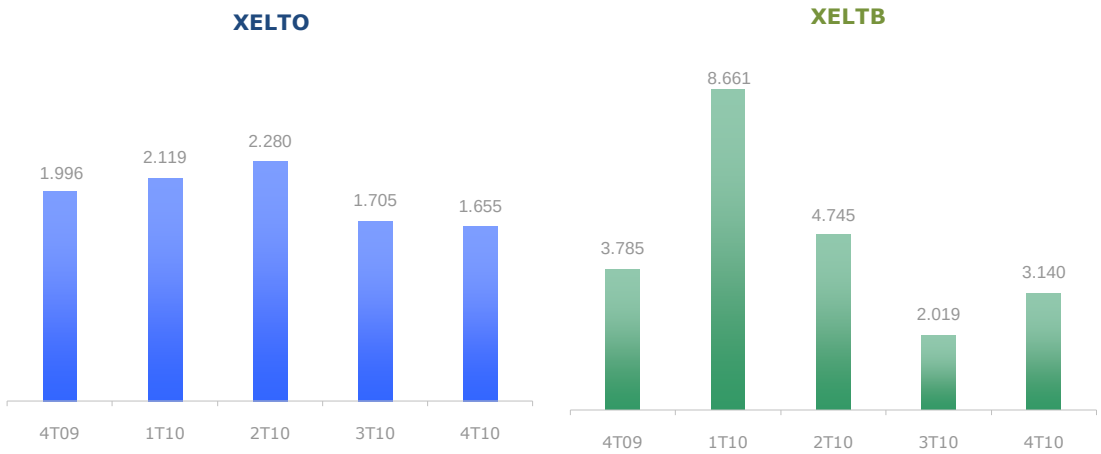
XELTO

As ações ordinárias do programa Latibex, obtiveram, no ano de 2010, uma desvalorização de 31,32% fechando em € 10,11. A cotação mais alta foi registrada no dia 25 de janeiro, € 16,91, e a mais baixa no dia 29 de setembro, € 9,01.

XELTB

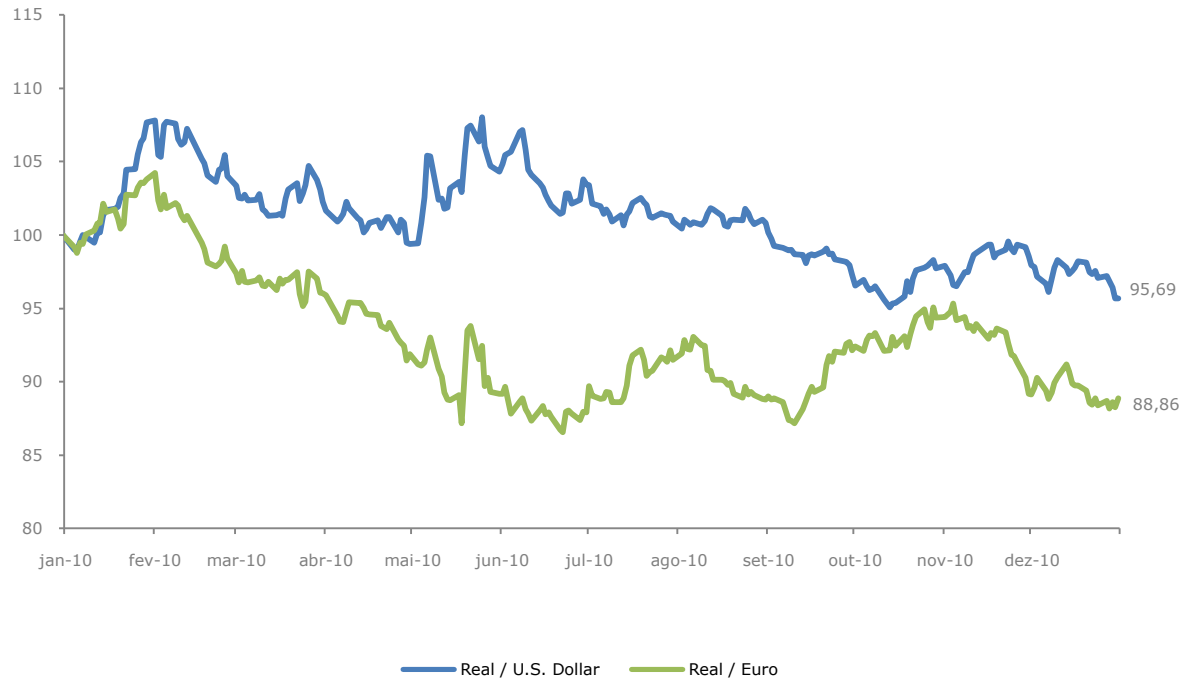
As ações preferenciais do programa Latibex, obtiveram, no ano de 2010, uma desvalorização de 4,47% fechando em € 12,19. A cotação mais alta foi registrada no dia 25 de janeiro, € 14,17, e a mais baixa no dia 27 de setembro, € 10,78.

Volume de negociação médio diário do período na Bolsa de Madri



Valores em quantidade de ações.

Evolução das moedas estrangeiras em 2010



Número índice 31/12/2009 = 100.

Parcerias

SPE / Consórcio	Empreendimento	Participação Eletrobras (%)	Valor Previsto do Investimento (R$ Milhões)	Outros Acionistas (%)	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW Médio)	Início da Construção	Previsão de Início da Operação	Término da Concessão
IGESA - Inambari Geração de Energia S.A.	UHE Inambari	29,40	37,00	Furnas 19,60% OAS 51%	2.200	1.457,00	jul/12	jan/17	jan/47
Eólica Mangue Seco 2 Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	UEE Mangue Seco 2	49,00	103,95	Petrobras 51,00%	25,20	12,08	dez/10	mai/12	jun/45
CHC - Centrales Hidroeléctricas de Centroamérica S.A.	UHE Tumarin	50,00	1.890,00	Queiroz Galvão 50%	253	132,67	jul/11	dez/15	set/41
Norte Energia S.A.	UHE Belo Monte	15,00	25.000	Chesf 15,00 % Eletronorte 19,98% Petros 10,00% Funcef 2,50% Caixa FIP Cevix 5,00% Bolzano Participações 10,00% Queiroz Galvão 2,51% OAS 2,51% Cetenco 1,25% Contern 1,25% Galvão 1,25% Mendes Junior 1,25% Serveng 1,25% J.Malucelli 1,00% J.Malucelli 0,25% Gaia 9,00% Sinobras 1,00%	11.233,10	4.571,00	mai/11	fev/15	ago/45

Nº de empregados – em 31/12/10

Tempo de trabalho na empresa (anos)

até 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	mais de 25	Total
519	183	13		217	164	1.096

Continua na parte II

O arquivo completo, com a parte I e a parte II, está disponível para download no site da Eletrobras, no endereço:
http://www.eletrobras.com/elb/main.asp?Team={BAF29C7A-3A77-41A4-942F-067241DB4936}